

AJUDA MEMÓRIA - ACOMPANHAMENTO PROGESTÃO Nº 1/2020/COAPP/SAS  
Documento nº 02500.000418/2020-63

<b>Assunto: Eventos de acompanhamento do Progestão em Minas Gerais no ano de 2018.</b>
Nº do Processo Progestão: 02501.000674/2014-01

Eventos:	<input checked="" type="checkbox"/> Oficinas de acompanhamento	<input type="checkbox"/> Reunião	<input type="checkbox"/> Videoconferência
Local: Sede do IGAM.	Cidade: Belo Horizonte / MG		
Datas: 18/06 e 10/12/2018			
Instituições participantes: IGAM e ANA.			

### Relato

1. Em 2018, ano de encerramento do primeiro ciclo do Progestão em Minas Gerais, foram realizadas as 7ª e 8ª oficinas de acompanhamento do programa no estado, nas datas de 18 de junho e 10 de dezembro, com participação dos técnicos do IGAM e servidores da ANA, além de outros encontros durante cursos presenciais ocorridos em Brasília e de diversas trocas de e-mails com objetivo de esclarecimento sobre eventuais dúvidas.
2. Durante as oficinas foram discutidas as principais dificuldades enfrentadas bem como as estratégias e atividades a serem realizadas para atingimento das metas de cooperação federativa e estaduais no ano de 2018, mencionadas nos Informes 02 e 04/2018.
3. As oficinas ocorreram na sede do IGAM, em Belo Horizonte/MG, e transcorreram sem dificuldades. Participaram técnicos de diversas áreas do IGAM. Seguem anexas a programação e a lista de presença da oficina ocorrida em 10 de dezembro de 2018.

### Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

4. Meta de cooperação federativa I.1 – Integração de dados de usuários de recursos hídricos: atualmente a porta de entrada do cadastro de usuários do estado é o “Sisemanet” e em breve passará a ser o “SISCAD”. Os registros do estado existentes no CNARH estão sendo migrados para o SISCAD. Com o recente retorno da emissão de outorgas para o IGAM (que se iniciou em abril), estão sendo migradas as outorgas ditas “solteiras”, ou seja, que não precisam de licenciamento ambiental e, em 2019, serão migradas as demais outorgas. Os usos considerados insignificantes são registrados em outro cadastro *on line*, à parte do SISCAD, que abrange apenas os usuários em cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Está em desenvolvimento pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) o sistema de outorga do estado que será a porta de entrada para a regularização dos usos da água em Minas Gerais. Segundo o IGAM, em 2018 será inserido o passivo das outorgas, sendo que as outorgas emitidas ao longo do ano já vêm sendo compartilhadas no CNARH. Portanto, o estado deve atender plenamente a meta I.1 em 2018. Observa-se que o estado solicitou à ANA acesso aos dados do antigo CNARH 1.0, desativado em 2017, pois considera que há informações relevantes nesse sistema para o estado de Minas Gerais.



5. Meta de cooperação federativa I.2 – Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas: a inserção dos dados de águas subterrâneas no CNARH está sendo feita manualmente, pois a inserção por meio de “upload” de planilhas estava apresentando muitos problemas e gerando retrabalho para o IGAM. O estado tem empreendido esforços no sentido de zerar o passivo de informações sobre águas subterrâneas, tendo cumprido o total da meta de cadastro de 700 poços em 2018. Prevê zerar o passivo em 2019.
6. Meta de cooperação federativa I.3 – Contribuição para difusão do conhecimento: Minas Gerais atingiu 90% desta meta em 2017. Solicitou maiores esclarecimentos sobre os critérios de avaliação da SPR para que, em 2018, não haja desconto na nota referente a esta meta. Os dados foram devidamente encaminhados em 14/11/2018.
7. Meta de cooperação federativa I.4 – Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos: segundo informado, o IGAM é o responsável pelos boletins meteorológicos e hidrológicos, porém, estes últimos não eram emitidos diariamente, pois, apenas as bacias com situação de escassez hídrica apresentavam boletins diários. Foi contratado um técnico para realizar a emissão destes boletins para garantir o cumprimento da meta. Com relação à transmissão de dados, faltam ser inseridas no sistema GestorPCD 5 estações que foram instaladas em 2017: Belo Vale, Fazenda Laranjeiras, Fazenda Buriti da Prata, Ibituruna e Porto do Extrema. Atualmente 35 estações compõem a rede de alerta do estado, que deve passar para 40 com a inserção das PCDs citadas. O estado informou ainda que o monitoramento de reservatórios (Monitor de Açudes no Semiárido), composto por 9 estações, foi transferido para outra gerência do IGAM. O estado conta hoje com duas equipes de campo para a realização do monitoramento, as quais dispõem de apenas um hidrólogo, mas há a perspectiva de contratação de mais um no curto prazo, além de um meteorologista. A partir de 2019, os relatórios das manutenções corretivas serão elaborados conforme modelo definido pela ANA
8. Meta de cooperação federativa I.5 – Atuação para Segurança de Barragens: Minas Gerais alcançou apenas 20% desta meta em 2017. Recentemente criou uma gerência específica para atuação em segurança de barragens (GESIH). Está sendo realizado um estudo de mapeamento de espelhos d’água que permitirá identificar o número de barragens por imagens de satélites. Cerca de mil barragens de usos múltiplos foram cadastradas e atualmente o IGAM está em articulação com a FEAM e com a Semad no sentido de regulamentar e implementar a Política Nacional de Segurança de Barragens no âmbito do estado. A previsão é que, no 1º trimestre de 2019, seja editado um Decreto Estadual regulamentando a Lei nº 12.334/2010. Segundo planejamento, devem ser inseridas no SNISB cerca de 30% das barragens regularizadas do estado, o que representa um salto de 33 para aproximadamente 450 cadastros no sistema
9. Dentre as metas estaduais, cabe registrar os desafios observados nas seguintes variáveis: 1.3 Gestão de processos; 1.8 Comunicação social; 1.10 Articulação com setores usuários; 2.6 Enquadramento; 2.8 Modelos e sistema de suporte à decisão; 3.5 Sistema de informações; 3.6 Pesquisa, desenvolvimento e inovação; 4.5 Infraestrutura hídrica e 4.8 Programas indutores. Observa-se que nenhuma destas variáveis é de atendimento obrigatório



10. Nas ações de comunicação, o estado informou que está em vias de aprovação o Plano de Ações de Comunicação. Com relação à capacitação, foi feita revisão no Plano de Capacitação com a inclusão dos comitês, das Unidades Regionais de Gestão das Águas (URGAS) e de gestores municipais. Incluíram, ainda, um curso EaD para gestores municipais sobre gerenciamento de recursos hídricos. Com relação aos planos de bacia, Minas Gerais já executou 30 planos, restando ainda os planos das bacias hidrográficas do Grande (GD7 e GD8), Paraopeba, São Mateus e Mucuri (sendo estes três últimos em processo de elaboração), além da bacia do Alto São Francisco, que será elaborado pela AGB Peixe Vivo por meio de um Termo de Cooperação Técnica com o CBHSF. Quanto ao sistema de suporte à decisão, está em fase de finalização, ainda em 2018, o módulo de análise do Sistema de Outorga (SOUT) e, até março de 2019, deverá estar disponível para os usuários o módulo *online* para solicitação de outorga via *internet*.

11. O estado informou que cerca de 53% das receitas do IGAM em 2018 foram provenientes de recursos repassados pela ANA (Progestão, Qualiágua e Convênio para elaboração do Plano do Paraopeba). Em relação à aplicação dos recursos do Progestão, o estado informou que, até o final de 2018, serão desembolsados/empenhados cerca de 87% do total de recursos repassados.

12. Os resultados da oficina, detalhados na planilha anexa, trazem também algumas estratégias discutidas junto aos técnicos do IGAM para aprimoramento do cumprimento de algumas das metas.

### **Conclusões**

13. Os eventos de acompanhamento do cumprimento de metas do Progestão em Minas Gerais apontam a situação de cada uma das metas pactuadas, bem como as principais atividades desenvolvidas e planejadas pelo estado para a certificação do programa.

14. Com a publicação do Decreto que prevê a reestruturação do IGAM, criando mais duas diretorias e devolvendo ao órgão a responsabilidade pela outorga no estado, há expectativas quanto ao fortalecimento do papel do Instituto como entidade gestora do SEGRH-MG. Há necessidade de reforço de pessoal para algumas das atribuições inerentes à complexidade de gestão presente no estado.

15. Considera-se fundamental que seja elaborado, no âmbito do IGAM, um planejamento estratégico institucional de forma a melhor conduzir o processo de implementação da reestruturação prevista e seu consequente desdobramento em melhorias na gestão estadual dos recursos hídricos.

16. Destaca-se que o Instituto vem consolidando o atual sistema de informações com vistas a otimizar o sistema de suporte à decisão. Também está sendo estruturado um banco de dados com informações gerais sobre os barramentos existentes no estado, com vistas a um melhor desempenho na atuação em segurança das barragens de domínio estadual.



(assinado eletronicamente)  
LUDMILA ALVES RODRIGUES  
Gestora do Contrato nº 035/ANA/2014  
Portaria ANA nº 262, de 30 de junho de 2015

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)  
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES  
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



## OFICINA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGESTÃO / MG

<b>Local:</b>	Sala de Reunião do Gabinete do Igam - Prédio Minas 1º andar - Cidade Administrativa – Belo Horizonte/MG
<b>Data:</b>	<b>10 de dezembro de 2018</b>
<b>Objetivos:</b>	Nivelamento sobre o panorama do Progestão no país e no estado de Minas Gerais / Discussão e avaliação sobre o andamento e as principais ações consideradas necessárias para o atingimento das metas de cooperação federativa e das metas estaduais / Apresentação sobre os gastos efetuados em 2018 / Apresentação sobre os Indicadores dos Planos de Bacia no estado e o Plano de Capacitação para 2019
<b>Público alvo:</b>	Técnicos do IGAM e SEMAD responsáveis pela execução e acompanhamento das metas estaduais e de cooperação federativa no estado
<b>Resultados esperados:</b>	Espera-se um nivelamento de informações sobre a situação da implementação do Progestão no estado, com vistas à assinatura do novo contrato em 2019
<b>Infraestrutura necessária:</b>	Sala de reunião compatível com a quantidade de pessoas convidadas e projetor para apresentações em PowerPoint

### PROGRAMAÇÃO

9h – 12h

- Abertura e apresentação dos participantes
- Apresentação sobre o panorama do Progestão: desafios e principais resultados alcançados no país e no estado de Minas Gerais (ANA)
- Situação do atendimento em 2018 das **metas de cooperação federativa** (CNARH; Água subterrânea; Conjuntura; Sala de Situação e Segurança de barragens) / Esclarecimento de dúvidas sobre os Informes (01, 02, 04, 08 e 11)

13h – 17h

- Apresentação da planilha atualizada de gastos dos recursos do programa em 2018 e desembolso acumulado do total de recursos transferidos: Felipe Melo Rocha - GPOFI/DIAF
- Situação do atendimento em 2018 das **metas estaduais**, especialmente de atendimento obrigatório
- Apresentação dos Indicadores dos Planos de Recursos Hídricos no estado: Allan de Oliveira Mota – GPLAN/DPLR
- Apresentação do Plano de Capacitação em recursos hídricos do sistema estadual de Minas Gerais e a programação anual executada em 2018 e prevista para 2019: Flávia Danielle Mendes/DIDP
- Encaminhamentos e encerramento.



Reunião: 2ª Oficina Progestão 2018

Data: 10/12/2018 Horário: 09h30m ÀS 17h00m

Local: Sala de reunião Gabinete Igam, 1º andar

Igam



NOME	INSTITUIÇÃO	EMAIL/TELEFONE
Elisan Maria Domingues de Rezende	IGAM	elisan.domingues@meioambiente.mg.gov.br / 3915-1163
Lucas Martins Sathler Berbert	IGAM	LUCAS.BERBERT@meioambiente.mg.gov.br / 1115
Raiane Renato Fozto Fernandes	IGAM	raimundo.fozto@meioambiente.mg.gov.br / 1115
Jeanie Dantas de Carvalho	IGAM	jeanie.fonseca@meioambiente.mg.gov.br / 3918 8853
Ludmila A Rodrigues	AUA - SAS	ludmila.rodrigues@ana.gov.br (61) 2109.5326
Flávia Simões Ferreira Rodrigues	ANA/SAS	flavia.rodrigues@ana.gov.br / (61) 2109-5122
Altair R. Lima de Souza	IGAM	altair.souza@meioambiente.mg.gov.br
Deivid Yarel Bayeto Rosa	IGAM	deivid.rosa@meioambiente.mg.gov.br
Walcrislei Luciani Luz	IGAM	WALCRISLEI.LUZ@meioambiente.mg.gov.br 98878
Katiane Cristina de Brito Almeida	IGAM	Katiane.lima@ // / 39151156
Shirley de Souza Lima	IGAM	Shirley.lima@ --- 39151288
Felipe Aldo Rocha	IGAM	felipe.rocha@meioambiente.mg.gov.br 39151669
Flávia Danielle Mendes	Semad	flavia.mendes@meioambiente.mg.gov.br 3915
Celeste de Campos Coti	Semad	celeste.coti@meioambiente.mg.gov.br 3915
Maria de Fátima Amaral Maximino	IGAM	maria.maximino@meioambiente.mg.gov.br

**Relatório PROGESTÃO Anual.**  
**Lista: MINAS GERAIS | Período: 2018.**  
 Fonte: SGH/ANA. Data da Consulta: 05/12/2018 10:38.

Código	Nome	Tp	Ori	St.Est.	Marca	Sens	Tran	Uf	Dt.Inst.	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	MÉDIA
54500000	ARAÇUAÍ	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-S		MG	out/16	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	87
1642001	ARAÇUAÍ	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	out/16	100	100	99	100	100	100	100	100	100	100	100	100	87
43429998	ARINOS MONTANTE	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	nov/16	100	2	8	100	100	100	100	99	98	100	100	100	87
1546000	ARINOS MONTANTE	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	nov/16	100	100	100	100	100	100	100	99	100	100	100	100	87
61260000	BICAS	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	jan/16	0	0	0	0	34	100	100	100	99	99	100	99	86
0	BICAS	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	jan/16	0	0	0	0	34	100	100	100	100	100	100	100	86
44350000	BOM JARDIM	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	jan/16	97	100	100	99	98	87	98	82	100	100	100	100	87
1643026	BOM JARDIM	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	jan/16	100	100	100	92	88	87	100	99	100	100	100	100	87
40712500	BONFIM	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	set/14	97	100	100	100	100	100	100	99	100	100	100	100	87
0	BONFIM	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	set/14	100	100	100	100	100	100	100	99	100	100	100	100	87
41210000	CAETÉ	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	jul/15	98	96	0	15	97	97	95	96	77	70	34	0	86
1943010	CAETÉ	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	jul/15	100	95	0	15	100	100	100	100	100	100	100	100	86
54230000	CARBONITA	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	out/16	96	100	53	100	100	100	100	100	60	99	95	86	86
1742008	CARBONITA	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	out/16	96	99	53	100	100	100	100	100	60	99	94	86	86
2043005	CONSELHEIRO LAFAIETE	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	set/14	100	100	95	0	24	100	100	100	100	100	99	87	87
40755000	CRUCILANDIA	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	set/14	97	100	100	100	66	100	100	99	100	100	100	100	87
0	CRUCILANDIA	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	set/14	100	100	100	100	100	100	100	99	100	100	100	100	87
40680000	ENTRE RIOS DE MINAS	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-S		MG	set/14	97	100	100	100	99	100	100	100	100	100	100	100	86
2044007	ENTRE RIOS DE MINAS	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	set/14	100	100	100	100	99	100	100	100	100	100	100	100	86
58921500	EUGENÓPOLIS	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	out/14	90	97	100	86	99	98	85	99	100	100	47	0	86
0	EUGENÓPOLIS	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	out/14	93	97	100	86	98	98	85	99	100	100	81	86	86
41151000	FAZENDA ÁGUA LIMPA JUSANTE	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	jul/15	90	0	0	11	100	100	100	74	0	0	36	87	87
2043056	FAZENDA ÁGUA LIMPA JUSANTE	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	jul/15	93	0	0	11	100	100	100	74	0	0	36	87	87
54730005	FAZENDA BOA SORTE JUSANTE	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	dez/15	45	0	37	72	0	12	99	99	99	96	97	87	87
1641012	FAZENDA BOA SORTE JUSANTE	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	dez/15	46	0	37	99	98	96	99	98	99	96	96	86	86
43300000	FAZENDA CARVALHO	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	nov/15	97	88	6	38	100	100	100	100	100	100	100	100	87
1546010	FAZENDA CARVALHO	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	nov/15	100	99	22	38	100	100	100	100	100	100	100	100	87
42251000	FAZENDA CÓRREGO DO OURO	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	dez/16	100	90	7	34	100	100	99	100	100	100	100	74	74
1746019	FAZENDA CÓRREGO DO OURO	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	dez/16	100	90	7	25	100	100	99	100	100	100	100	74	74
54110002	FAZENDA JAMBEIRO - GRÃO MOGOL	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	nov/15	92	7	33	100	100	100	100	100	100	100	100	100	87
1642014	FAZENDA JAMBEIRO - GRÃO MOGOL	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	nov/15	96	7	33	100	100	100	100	100	100	100	100	100	87
0	FAZENDA Uмбаúbas	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	out/14	97	100	100	86	99	98	100	99	100	100	92	86	86
2142004	FAZENDA Uмбаúbas	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	out/14	100	100	100	86	98	98	100	99	100	100	91	86	86
55610000	FRANCISCO SÁ	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	out/16	100	10	43	97	100	100	96	100	68	92	100	86	86
1741009	FRANCISCO SÁ	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	out/16	99	10	43	97	100	100	96	100	100	100	100	86	86
41180000	ITABIRITO LINIGRAFO	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	jul/15	0	0	0	4	100	100	100	100	100	59	0	0	86
2043060	ITABIRITO LINIGRAFO	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	jul/15	38	0	0	12	100	100	100	100	100	59	0	0	86
61271000	ITAUBÁ	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	set/15	0	0	0	0	43	99	98	86	60	98	98	84	84

**Relatório PROGESTÃO Anual.**  
**Lista: MINAS GERAIS | Período: 2018.**  
 Fonte: SGH/ANA. Data da Consulta: 05/12/2018 10:38.

Código	Nome	Tp	Ori	St.Est.	Marca	Sens	Tran	Uf	Dt.Inst.	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	mai/18	jun/18	jul/18	ago/18	set/18	out/18	nov/18	dez/18	MÉDIA
2245073	ITAJUBÁ	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	set/15	0	0	0	0	43	100	100	98	60	100	100	100	86
2044079	LAGOA DOURADA	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	set/14	79	100	100	45	27	100	100	100	100	100	100	100	85
41955000	LASSANCE	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	jul/15	0	0	0	0	0	29	100	100	100	92	100	100	87
1744010	LASSANCE	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	jul/15	86	100	96	92	69	76	100	100	100	100	100	100	87
2142097	MIRAI	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	out/14	99	100	100	100	99	100	100	99	100	100	100	99	87
41940000	PONTE DO BICUDO	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	dez/16	0	0	0	1	100	100	100	100	100	100	100	99	87
1844018	PONTE DO BICUDO	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	dez/16	0	0	0	1	100	100	100	100	100	100	100	100	87
61370000	PONTE DO RODRIGUES	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	set/15	0	0	0	0	37	100	100	97	29	96	100	100	87
2245086	PONTE DO RODRIGUES	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	set/15	0	0	0	0	37	100	100	97	29	100	100	100	87
40800001	PONTE NOVA DO PARAPEBA	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-S		MG	set/14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39	100	87
1944004	PONTE NOVA DO PARAPEBA	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	set/14	100	100	100	100	100	100	100	99	100	100	100	100	87
41075001	PORTO DO PASSARINHO	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	nov/16	100	100	100	97	83	99	99	98	100	98	91	100	84
1845005	PORTO DO PASSARINHO	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	nov/16	100	100	100	100	100	100	98	98	100	97	97	100	84
2042051	ROSÁRIO DA LIMEIRA	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	out/14	100	100	100	100	100	100	100	99	100	100	99	100	86
61305000	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	jan/16	97	100	100	43	40	100	100	100	100	100	100	100	87
2245000	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	jan/16	100	100	100	43	40	100	100	100	100	100	100	100	87
55660000	SÃO PEDRO DO PAMPÃ	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	out/16	97	82	39	99	100	100	99	99	98	59	70	100	81
1740026	SÃO PEDRO DO PAMPÃ	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	out/16	100	81	39	99	100	100	99	99	99	59	70	100	80
56860000	SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	out/16	100	17	50	100	100	100	100	100	100	100	99	100	87
1842004	SÃO PEDRO DO SUAÇUÍ	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	out/16	100	13	50	100	100	100	100	100	100	100	99	100	87
2142096	SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	out/14	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	87
41990000	VÁRZEA DA PALMA	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	jul/15	100	100	93	93	100	97	79	55	100	100	98	100	87
1744009	VÁRZEA DA PALMA	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	jul/15	100	100	93	93	100	97	79	54	99	100	98	100	87
56083000	VIÇOSA HIDRO	(F)	RN	Ativo		NI-7; VA-N		MG	nov/16	97	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	87
2042073	VIÇOSA HIDRO	(P)	RN	Ativo		PR-1		MG	nov/16	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	87
<b>MÉDIAS:</b>										<b>78</b>	<b>63</b>	<b>56</b>	<b>65</b>	<b>83</b>	<b>95</b>	<b>97</b>	<b>95</b>	<b>89</b>	<b>92</b>	<b>90</b>	<b>80</b>	<b>82,0</b>

Origem: AM - ana/inpe-sivam | SO - setor elétrico | SO - setor elétrico | CE - cotaonline | RN - rhn .

Marca: VA - VAISALA (1: MAW-55; 2: MAW-55M; 3: 555) | CA - CAMPBELL (6: CR-800; 7: CR-1000) | HO - HIDROMECC/OTT (4: GP; 5: GO) | RM - RMQA\_GPRS (8: RMQA\_GPRS) | CO - COTAONLINE (9: COTAONLINE).

Sensor: PR - Precipitacao: (1: Báscula; 2: Não Especificado).

Sensor: NI - Nível: (1: Encoder; 2: Pressão; 3: Display; 4: Ultrassônico; 5: Radar; 6: Res. 3; 7: Não Especificado).

Sensor: VA - Vazão: (S: Sim; N: Não).

Transmissão: SA - SCD/ARGOS | GO - GOES | GP - GPRS | RM - RMQA.

**Maior que 90%**      **Entre 80% e 90%**      **Menor que 80%**      **Estação não Instalada ou Desativada**



**Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais**
**ESTADO: MG**
**ENTIDADE ESTADUAL: IGAM**
**14 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATÓRIAS**
**TIPOLOGIA: D**
**ANO 5: 2018**
**METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA**

ID	META/Variável	Ponto Focal/ANA	Responsável no Estado	Status da Meta / Principais aspectos	Situação em 2018	7ª Oficina - 18/06/2018	8ª Oficina - 11/12/2018	Prazo de execução
I.1	<b>Integração das bases cadastrais /</b> Dados de usuários de recursos hídricos disponibilizados no CNARH	Raquel Scalia/SFI e Cláudio Pereira/STI	IGAM / Deyvid Athos	Realizada reunião com a equipe técnica da ANA (Cocad/Raquel e STI/Cláudio) para esclarecimentos e discussão dos procedimentos a serem adotados para a integração de dados com o CNARH 40. O Estado conta com 16 mil outorgas vigentes até janeiro de 2015, sendo prevista a emissão de 600 em 2016. Para cumprimento da meta em 2015 foi criada uma força tarefa interna no IGAM (com 17 pessoas na digitação de dados) e contratados estagiários. O Siscad será mantido. O sistema de decisão para a outorga será desenvolvido com apoio da UFLA. Esta meta foi 100% cumprida em 2016.	Meta certificada em 100% pela Cocad. Identificados no CNARH 16.832 registros de atos de regularização emitidos até 2016 e 3.221 no ano de 2017. <a href="#">Propostas: Compartilhar os dados de usos insignificantes no CNARH / Necessidade de aquisição de servidores sendo contratada uma empresa para manutenção e desenvolvimento dos sistemas de informação do IGAM.</a>	Previsão de 100% de inserção das outorgas em 2018, zerar passivo e manter atualizado. O Siscad já está em funcionamento, sendo alimentado. Trabalhando pela possibilidade de fazer upload do Siscad para o CNARH diretamente. Siscob entrará em fase de testes.	Previsão de 100% de inserção das outorgas em 2018. Passivo de informações básicas zerado. O Siscad está em manutenção e a base de dados está sendo consolidada no sistema. Estão sendo realizados testes/manutenção para upload do CNARH para Siscad. Siscob está em fase de testes.	Até 31/01/2019
I.2	<b>Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas /</b> Dados complementares de poços no CNARH	Letícia e Márcia/SIP	IGAM / Maricene, Deyvid e Athos	Há cadastro do SIAGAS no estado mas não é utilizado o Importa Siagas para integração de dados no CNARH. Em 2015 foi preenchido o Questionário sobre Água Subterrânea. O estado participou da oficina de águas subterrâneas em junho/2017. Em 2016 esta meta foi certificada em 100%, tendo sido informado que o estado superou esta meta.	Meta certificada em 100% pela Cosub. O Relatório Progestão informa o quantitativo total de 4.401 usuários regularizados, sendo 1.480 em 2017 e 2.921 até 31/12/2016. A planilha enviada apresenta 4.401 usuários, todavia, foram considerados válidos 4.352, que dispunham de Dados do Poço.	Previsão de inserir 100% do ano corrente e atender ao quantitativo do passivo acordado para 2018 - 700 declarações. <a href="#">Permanece a necessidade de reforço da equipe com hidrogeólogo.</a>	Previsão de inserir 100% do ano corrente. O passivo acordado foi cumprido. Foram inseridos 3200 cadastros em 2018. A previsão é que o passivo seja zerado em 2019.	Até 31/01/2019
I.3	<b>Contribuição para difusão do conhecimento /</b> Dados para o relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	Alexandre Lima e Laura / SPR	IGAM / Gabinete/ Lillian	As informações devem ser encaminhadas até outubro, no formato solicitado pela SPR/ANA. O Gabinete será responsável por consolidar todas as informações necessárias ao Conjuntura (dados de outorga, de monitoramento da qualidade da água e atualização dos planos de bacia) para envio à ANA.	Meta certificada em 90% pela SPR. Encaminhar ofício no formato e prazo estabelecidos pela SPR/ANA.	A perda na certificação foi questionada. A expectativa é esclarecer e atender 100% da meta em 2018.	Dados encaminhados para a ANA em 14/11/2018, no formato e prazo estabelecidos pela ANA através do ofício.	<a href="#">Até 15/11/2018.</a> Até o ano de 2017 o prazo era outubro de cada ano.

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM 14 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATÓRIAS TIPOLOGIA: D ANO 5: 2018

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META/Variável	Ponto Focal/ANA	Responsável no Estado	Status da Meta / Principais aspectos	Situação em 2018	7ª Oficina - 18/06/2018	8ª Oficina - 11/12/2018	Prazo de execução
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos / Manual Operativo da Sala de Situação elaborado, boletins diários produzidos e manutenção corretiva das estações telemétricas da rede de alerta	Alessandra Couri e Vinícius/SOE e Fabricio e Francisco Romeiro/SGH	IGAM / Jeane / Heitor	<p>O Manual da Sala de Operação foi elaborado e certificado em 100% pela ANA. <u>Entretanto, foi solicitado que o IGAM aponte de forma mais clara quais as bacias prioritárias para o monitoramento de eventos críticos, além dos critérios adotados para a avaliação da situação dos rios e reservatórios, respectivamente.</u></p> <p>Em 5/12/2016 o IGAM enviou o Ofício nº 021/2016 esclarecendo que o estado conta com 30 estações, embora no gestor PCD somente sejam registradas 11 PCDs, sendo 5 delas somente pluviométricas. Ressaltou também que as estações Entre Rios de Minas e Bonfim apresentaram problemas de funcionamento por falta de transmissor de dados do data logger, problema já comunicado à ANA. O sistema de alerta no estado não é considerado satisfatório pelo IGAM. Há parceria/convênio com a Defesa Civil e demais órgãos. Há disponibilidade de um servidor especializado para manutenção das PCDs (Raimundo). São gerados boletins hidrogeológicos semanalmente (Portaria de escassez hídrica).</p>	<p>Meta certificada em 100% pela SGH (ITD + manutenção corretiva). <u>A planilha do gestor PCD para 35 estações no estado mostra índices de transmissão mensal abaixo de 80% nos meses de fevereiro a abril.</u></p> <p>Meta certificada em 90% pela SOE. Informa que o Relatório está confuso, faz menção a nomes diferentes de boletins, apresenta imagens ruins dos modelos citados e não apresenta nem os modelos, nem os quantitativos dos boletins de previsão do tempo e alertas meteorológicos. Também só foi mencionada a Defesa Civil como receptora dos alertas meteorológicos, não havendo menção aos demais boletins. O equipamento de vídeo-conferência enviado pela ANA para a Sala de Situação já foi instalado.</p>	<p><u>Necessidade de hidrólogo na equipe para consolidar informações, orientar estudos necessários e gerar boletins. Semanalmente são produzidos boletins hidrológicos e portarias de escassez hídrica em 7 dias consecutivos.</u></p> <p>Em 2018 os boletins hidrológicos diários estão sendo produzidos. Foram instaladas 5 estações entre set/2017 e out/2017 (Atualmente são 40 estações). O Igam conta com 2 equipes para manutenção das PCDs. Há expectativa de contratação de 1 hidrólogo e 1 meteorologista em 2018. <u>Elaborar relatórios das manutenções corretivas realizadas.</u></p>	<p>Foi contratado um hidrólogo para compor a equipe na consolidação de informações, estudos necessários e geração de boletins. São produzidos boletins hidrológicos semanalmente e portarias de escassez hídrica em 7 dias consecutivos, além dos boletins hidrológicos diários, publicados no site do Simge - Sala de Situação. Necessidade de reforço na equipe, de forma a compor 2 roteiros para manutenção das PCDs. Atualmente os trabalhos de manutenção contam com um servidor (Raimundo). A partir de 2019, os relatórios das manutenções corretivas serão elaborados conforme modelo definido pela ANA. O Gestor PCD ANA mostra ITD médio de 80,8% até nov/2018. No entanto, as demais informações já foram inseridas, elevando o percentual observado pela ANA. As PCDs Belo Vale, Fazenda Laranjeiras, Fazenda Buriti da Prata, Ibituruna e Porto do Extrema instaladas em 2017 irão compor a rede de alerta estadual. Estão tentando nova contratação de meteorologista. Foi enviado resposta ao Informe 11/2018 (40 estações).</p>	Até dezembro de cada ano

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM 14 VARIÁVEIS ESTADUAIS OBRIGATÓRIAS TIPOLOGIA: D ANO 5: 2018

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

ID	META/Variável	Ponto Focal/ANA	Responsável no Estado	Status da Meta / Principais aspectos	Situação em 2018	7ª Oficina - 18/06/2018	8ª Oficina - 11/12/2018	Prazo de execução
I.5	Atuação para segurança de barragens / Implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens pelos estados	Fernanda Laus/SRE	IGAM / Heitor/ Walcrisley	<p>É enviado anualmente para a ANA o cadastro de barragens do estado para fins do Relatório Nacional de Segurança de Barragens. Segundo informado há cerca de 1.100 barragens sob fiscalização do estado.</p> <p>O cadastro é definido mas não há um sistema de informação com emissão de relatório e possibilidade de importação dos Planos de Segurança e de Ação Emergencial.</p> <p>Em 2015 foram enviados dados de 311 barragens. De acordo com a Coser/ANA especial atenção deve ser dada para a complementação do cadastro, inserindo principalmente dados de coordenadas.</p> <p>Em 2016 o estado foi certificado em 45% nesta meta. Segundo informado, Minas enviou dados de altura de apenas 33 barragens, classificou somente 10% e ainda não regulamentou a PNSB no âmbito estadual.</p>	<p>Meta certificada em 20% pela Coser.</p> <p>Não se conseguiu evidenciar a comunicação da classificação aos empreendedores.</p> <p>Recomenda estabelecer critério de cadastro que perdure de ano para ano; começar a inserir as informações de barragens no SNISB, pois é o cadastro oficial nacional de barragens; e, principalmente, fazer um esforço para regulamentar os artigos da Lei 12.334/2010 que exigem regulamentação dos fiscalizadores.</p> <p><b>Consolidar um banco de dados no estado com informações gerais de barragens.</b></p> <p><b>Capacitar e formar equipe especializada neste tema.</b></p> <p><b>Realizar um levantamento das barragens sob responsabilidade do Igam, com vistas a identificar barragens assim caracterizadas, de acordo com o inciso I do art. 2º da Lei 12.334/2010*.</b></p>	<p>O formulário para convocação dos usuários já está pronto.</p> <p>Finalizando a Resolução de convocação de usuários de barragens para o cadastramento (por etapas). A gerência está trabalhando na regulamentação da PNSB, em articulação com outras áreas no Sisema. A previsão é que até o final do ano um Decreto que regulamente a Lei Federal seja publicado.</p>	<p>O banco de dados com informações gerais de barragen será cumprido até 31/03/2019.</p> <p>De acordo com o banco de dados de outorga do estado, Minas Gerais possui em torno de 57.000 espelhos d'água artificiais. Está sendo realizado um estudo de mapeamento de espelhos d'água que permitirá identificar o número de barragens por imagens de satélites.</p> <p>Neste estudo, a identificação dos espelhos d'água da UPGRH SF7 está sendo concluída.</p> <p>A equipe da GESIH - Gerência de Sistemas de Infraestrutura Hídrica está sendo estruturada e capacitada.</p> <p>A regulamentação da PNSB tem previsão para publicação ainda no 1º trimestre de 2019.</p>	Até 31/03/2019

\* Art. 2º: qualquer estrutura em um curso permanente ou temporário de água para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas.

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018

METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)

ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
1.1	<u>Organização institucional do modelo de gestão</u>	25	5	5	5	NÃO	<p>O organismo coordenador do SEGRH-MG é a SEMAD e o organismo gestor é o IGAM, conforme definido pela Lei nº 13.199/1999, cumprindo, assim, a existência e distinção desses organismos, nos termos previstos na Meta 1.2. Ambas as instituições estão estruturadas e em funcionamento. A SEMAD possui sua estrutura, finalidades e competências estabelecidas pela Lei nºs 13.199/1999 e 21.972/2016 e pelo Decreto nº 45.824/2011. Por sua vez, o IGAM possui sua organização, finalidades e competências estabelecidas também pela Lei nº 12.584/1997, 13.199/1999 e 21.972/2016, bem como pelo Decreto nº 46.636/2014.</p>	<p>A Lei nº 13.199/1999 estabeleceu claramente o papel da SEMAD como o órgão central coordenador do SEGRH-MG, bem como consolidou o papel do IGAM como entidade gestora do SEGRH-MG.</p> <p>Necessidade de aprimorar e avaliar os modelos organizacionais vigentes e de reestruturar o IGAM.</p>	<p>A organização, finalidades e competências foram revistas pela lei nº 21.972/2016, alterada pela lei nº 22.073/2016, a qual criou mais duas diretorias no IGAM.</p>	<p>Complementa esse arcabouço legal, o regulamento do IGAM, estabelecido pelo Decreto nº 47.343/2018. Esta nova estrutura conta com mais duas diretorias: uma financeiro-administrativa e outra técnica, com ênfase aos Eventos Críticos e monitoramento. As outras diretorias técnicas tratam, respectivamente, da regularização e gestão.</p>	Gabinete
1.2	<u>Organismo(s) Coordenador/ Gestor</u>		5	5	5	NÃO	<p>O Estado de Minas Gerais possui uma área específica da Administração Pública para a gestão de recursos hídricos desde 1997, que é o IGAM, o que é também definido pela Lei nº 13.199/1999, norma que também estabelece competências para a Autarquia. A Lei nº 12.584/1997, de criação do IGAM, dispõe sobre a organização, finalidades e competências da autarquia, além de tratar de outras matérias necessárias para o funcionamento de uma entidade pública. Essa organização, finalidades e competências foram revistas pela Lei nº 21.972/2016, alterada pela Lei nº 22.073/2016, a qual criou mais duas diretorias no IGAM, sendo uma técnica e outra da chamada "área meio", e estabeleceu novas atribuições para a entidade, entre elas o retorno da competência sobre a outorga, importando, assim, em um fortalecimento institucional do IGAM para o cumprimento de suas atribuições enquanto entidade gestora do SEGRH-MG, o que foi reforçado pela criação de uma diretoria administrativa e financeira, área que havia sido extinta na autarquia em 2007. Complementa esse arcabouço legal, o regulamento do IGAM, estabelecido pelo Decreto nº 46.636/2014.</p>	<p>A Lei Delegada nº 180/2011 retirou do IGAM a competência para outorgar o direito de uso dos recursos hídricos, um dos principais instrumentos de gestão de recursos hídricos, e a transferiu para a SEMAD. No entanto, em janeiro último, a Lei nº 21.972/ 2016, corrigiu este equívoco e devolveu ao IGAM a tutela sobre a outorga.</p> <p>Necessidade de fortalecimento de pessoal. Previsão de nomear 10 técnicos de nível superior do concurso para o IGAM.</p>	<p>Com a publicação do Decreto a outorga retorna ao IGAM.</p> <p>O Decreto nº 47.343 foi publicado em 24/01/2018.</p>	<p>As competências para os órgãos Coordenador e Gestor (Semad e Igam) do SEGRH estão regulamentados nos Decretos nº 47.042/2016 e 47.343/2018, respectivamente. Na nova estrutura do Igam, a Diretoria de Planejamento e Regulação (DPLR) e a Gerência de Regulação de Usos de Recursos Hídricos (GERUR), dentre as competências previstas, reassumem a Outorga, com definição de ações no Planejamento estratégico aprovado em 2018. Até Agosto de 2019, as outorgas ainda serão analisadas na estrutura da Semad e a partir desta data, o Igam assume integralmente este instrumento de gestão.</p>	Gabinete



Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018

METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)

ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
1.3	Gestão de Processos		3	2	2	SIM	<p>No IGAM há fluxos e procedimentos gerenciais estabelecidos para: Monitoramento de qualidade da água; Monitoramento de quantidade; Monitoramento meteorológico; Eventos críticos; Apoio à regularização; Cobrança; Apoio aos comitês; Secretaria Executiva das Câmaras Técnicas; Planos; Enquadramentos; Gestão da informação; e SeFhidro.</p> <p>O órgão gestor possui fluxos e procedimentos estabelecidos nos processos administrativos. Quanto aos processos gerenciais, o órgão possui rotinas operacionais mapeadas no documento Arquitetura de Negócio do IGAM (2010), não formalizadas em normas e manuais para todas as atribuições. É necessário mapear e/ou atualizar todos os processos gerenciais considerando as novas atribuições do IGAM e os modelos de atuação. Em 2015, o mapeamento das atividades foi paralisado devido à nova remodelagem institucional do IGAM, que está em curso. A Semad é responsável por esta atividade.</p>	<p>Há somente um técnico com conhecimento em mapeamento de processos e elaboração de P.O.P no IGAM, sendo este técnico agora responsável pela gerência de informação em recursos hídricos.</p> <p>Falta disponibilidade das equipes diante do quantitativo de demandas para se dedicarem às reuniões de mapeamento (reuniões canceladas). Remodelagem institucional mudará ou invalidará todo o trabalho a ser realizado neste momento. Foi acertado que a ASPLAM (equipe responsável pela condução de projetos de otimização de processos dentro do SISEMA) irá, juntamente com o apoio das respectivas gerências, realizar a modelagem de processos para todas as casas do SISEMA, após a conclusão das remodelagens institucionais.</p> <p>Esta meta será trabalhada após entrar em vigor o Decreto de reestruturação do IGAM, previsto ainda para 2016.</p>	<p>A reestruturação do IGAM está prevista a partir de janeiro de 2018.</p> <p>Ainda não houve definição sobre a condução da gestão de processo (Asplan ou GEIRH).</p>	<p>Com a nova estruturação do Igam e definidas as competências para cada área, será possível trabalhar a gestão de processos.</p> <p>Na GEIRH, a área de geoprocessamento já é regida por Manuais produzidos para cada serviço (Áreas de Conflito - DAC, Infraestrutura de Dados Espaciais - IDE, Correção topológica, Cadastro de Mapas, entre outros).</p> <p>Vale ressaltar que em 2017 foi formada uma Comissão para avaliação de documentos, verificando as atribuições de cada setor para apoiar o funcionamento do SeiMG!. A GEIRH compôs a Comissão e auxiliou no levantamento, com vistas a apoiar a gestão de processos do IGAM.</p> <p>Além disso, nesta nova estrutura foi criado o Núcleo de Procedimentos da Gerência de Regulação de Usos de Recursos Hídricos - GERUR e em 2018 serão elaboradas 06 instruções de serviços para a padronização da análise dos processos de outorga.</p>	Semad / GEIRH (Shirlei)
1.4	Arcabouço legal		4	4	4	NÃO	<p>A Política Estadual de Recursos Hídricos e o SEGRH-MG foram estabelecidos e regulamentados pela Lei nº 13.199/1999, regulamentada pelo Decreto nº 41.578/2001. Inúmeras deliberações normativas do CERH-MG e portarias do órgão gestor/IGAM estabelecem normas complementares, formando um arcabouço suficiente para a gestão de recursos hídricos no Estado.</p> <p>Necessário a elaboração de normativas complementares para preencher lacunas do arcabouço legal no âmbito estadual.</p>	<p>Em relação à atualização/revisão da legislação identificam-se as seguintes necessidades: regulamentação/implementação da política de segurança de barragens; rever o projeto de lei sobre a aplicação de recursos do FHIDRO; definir procedimento adequado de repasse de recursos do FHIDRO aos comitês; rever os normativos sobre cobrança, incluídos os contratos de gestão.</p>	<p>Projeto de lei do Fhidro está sendo revisado e o mesmo foi renovado por mais 5 anos.</p>	<p>O Fhidro foi prorrogado até março de 2023. No entanto, o Projeto de Lei que propõe a sua prorrogação por mais 30 anos, bem como a reestruturação e melhorias na operacionalização do fundo, ainda está sendo analisado. Há a expectativa de que o Decreto que revoga os Decretos vigentes e dá providências para saneamento dos principais entraves do Fhidro seja aprovado e publicado ainda em 2018.</p> <p>Além do Fhidro, há previsão para publicação de outros Decretos: regulamentação dos Contratos de Gestão, novo Decreto de Cobrança, revisão do Decreto que regulamenta o CERH.</p>	Procuradoria-Gabinete

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018											
METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)											
ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
1.5	<u>Conselho Estadual de Recursos Hídricos</u>		4	4	4	NÃO	<p>O Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais foi criado pelo Decreto Estadual nº 26.961, de 28 de abril de 1987, a partir da necessidade da integração dos órgãos públicos, do setor produtivo e da sociedade civil organizada, visando assegurar o controle da água e sua utilização em quantidade e qualidade adequadas. Tem por objetivo: promover o aperfeiçoamento dos mecanismos de planejamento, compatibilização, avaliação e controle dos recursos hídricos do Estado, tendo em vista os requisitos de volume e qualidade necessários aos seus múltiplos usos. O CERH-MG é composto por representantes do poder público, de forma paritária entre o Estado e os municípios e representantes dos usuários e de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos, de forma paritária com o poder público. A Presidência do CERH-MG é exercida pelo titular da SEMAD, à qual está afeta a Política Estadual de Recursos Hídricos. O CERH-MG aprova, anualmente, o seu calendário de reuniões, contendo, no mínimo, 4 reuniões ordinárias. Já foram expedidas, até hoje, mais de 50 Deliberações Normativas de matérias de sua competência e realizadas 99 reuniões do Plenário do colegiado.</p>	<p>O CERH é atuante e funciona em condições adequadas. Prever informações sistemáticas sobre o acompanhamento do Progestão ao Conselho.</p>	<p>O CERH acompanha a implementação do Progestão por meio de reuniões plenárias.</p>	<p>O CERH acompanha a implementação do Progestão por meio de reuniões plenárias e o Programa é ressaltado quando há apresentações técnicas do Igam. Em 2018 está prevista a revisão do Decreto que regulamenta esta instância do SEGRH, visando atender à necessidade de aperfeiçoamento do seu funcionamento, considerando os anseios de participação social, bem como a eficácia da Política, atendendo ao seu caráter integrado, descentralizado e participativo.</p> <p>Em 2018 foi realizado processo eleitoral de renovação dos conselheiros. Posse em out/2018. Implantação do GT Áreas sujeitas à restrição de uso. O relatório preliminar com as proposições será entregue em dezembro/2018 e está prevista a continuidade dos trabalhos em 2019. Além desse, foi instituído o GT de monitoramento com vistas a avaliar a necessidade de implantação, no âmbito do CERH, de uma CT de monitoramento para integração do monitoramento quali/quantitativo, superficial e subterrânea. O GT Cobrança foi aprovado no CERH e será instituído ainda em 2018, com vistas ao aprimoramento do instrumento no Estado. Em função desses trabalhos, a discussão do Decreto do CERH será aprofundado em 2019.</p>	SEMAD / IGAM
1.6	Comitês de bacias e organismos colegiados		4	4	4	NÃO	<p>O Estado é dividido em 36 Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRHs), sendo que todas possuem comitês de bacias hidrográficas (CBHs) instalados. O documento comprobatório já foi entregue ao Gabinete/Igam e trata-se de memorando correlacionando as UPGRHs, criadas por meio da Deliberação Normativa do CERH nº 06, de 04 de outubro de 2002, com os decretos de criação dos respectivos comitês.</p>	<p>Estruturação física e operacional dos CBHs (definição do modelo de repasse de recursos); apoio técnico e administrativo nas reuniões e demais necessidades dos CBHs. Observa-se morosidade na liberação dos recursos para repasse aos CBHs. Foi informado que recentemente a ANA lançou o PROCOMITE que tem por objetivo o repasse de recursos para o apoio técnico e administrativo aos comitês. Recomendado ao IGAM entrar em contato com a SAS no próximo ano para fins de verificar a adesão ao Programa e, neste caso, agendar uma oficina com o estado.</p>	<p>Minas Gerais não irá aderir ao Procomite, pois busca viabilizar os serviços administrativos necessários através da MGS. Anualmente são repassados cerca de R\$ 3,8 milhões para apoio aos comitês que não tem cobrança com recursos do Fhidro. 32 CBHs participaram do Encob. Para a estruturação destes colegiados, os CBHs que não possuem agência de bacia/entidade delegatária contam com secretárias administrativas sob o suporte de um conselheiro; sedes administrativas provisórias ou cedidas por parceiros; Termos de Permissão de Uso de mobiliário e equipamentos; e diárias e despesas de viagem dos conselheiros viabilizadas pelo Igam.</p>	<p>O órgão gestor está trabalhando para que todos os CBHs instituídos tenham condições de cumprimento de suas competências previstas na legislação, de forma a fortalecer o SEGRH, com a publicação de Edital de Chamamento Público para seleção de OSC's para estruturar e operacionalizar o funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Foi concluído o processo eleitoral global dos CBHs para o mandato 2018-2021. Para a estruturação, 24 CBHs já formalizaram a parceria para a estruturação das sedes administrativas e os auxiliares administrativos para esses já estão trabalhando. Foi concluído o edital de chamamento público e definidas 2 instituições para atender tres regiões do Estado. Serão contemplados com a estruturação, capacitação e comunicação os 24 CBHs que não possuem Cobrança implementada.</p>	GECEBH (Clarissa)

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018

METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)

ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
1.7	Agências de água e entidades delegatárias		3	3	3	NÃO	O Estado de Minas Gerais hoje conta com 11 bacias com cobrança implementada. Destas, 10 possuem entidades equiparadas às funções de agência de bacia exercendo a função de secretaria executiva. Contratos de Gestão nos 001/2011, 001/2012, 002/2012, 001/2014 e 002/2014, assinados entre o IGAM e o IBIO, ABHA, Peixe Vivo e AGEVAP para repasse dos recursos arrecadados nas bacias dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga, Manhuaçu, Araguari, Velhas, Preto/Paraibuna e Pomba/Muriaé.	Em Minas Gerais, este cenário não deverá evoluir para o nível 4, no qual o apoio é realizado exclusivamente por meio de agências ou entidades a elas equiparadas, tendo em vista que o potencial de arrecadação de recursos da cobrança em várias bacias hidrográficas, em especial no norte do Estado, não proporciona sustentabilidade financeira necessária para equiparação de entidades à agência de bacia.	No CBH Pará a cobrança iniciou em janeiro/2017 e a AGB Peixe Vivo é a Entidade Equiparada à Agência de Bacia, que possui Contrato de Gestão celebrado com o IGAM. Em MG a secretaria executiva dos CBHs que não possuem cobrança é feita pelo IGAM.	A normatização específica para os contratos de gestão está sendo discutida no âmbito do CERH. Para 2018, há expectativas de que o Decreto seja publicado. Já o Manual e a Deliberação Normativa do CERH ficarão para serem discutidos após a publicação do Decreto. O Estado tem 12 bacias com cobrança implementada. A minuta do Decreto está em análise jurídica.	GEABE (Michael)
1.8	Comunicação social e difusão		3	2	2	SIM	Há o desenvolvimento de ações de comunicação social e difusão de informações, envolvendo as áreas de jornalismo, publicidade, relações públicas e mídias sociais, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição e realizadas a partir de um planejamento adequado ( <i>diagnóstico, mapeamento e classificação de públicos, seleção de canais/produtos de comunicação e plano de ações</i> ). Os principais canais/produtos de comunicação do Instituto são: websites; redes sociais; eventos e publicações institucionais, técnicas, informativas e educativas.	As ações devem ser executadas por profissionais que possuem conhecimento técnico na área. Necessidade de desenvolver um planejamento estratégico de comunicação. Necessidade de diagnóstico e mapeamento/classificação de público elaborados, bem como de um Planejamento de Comunicação. Desafio: elaborar Plano de Comunicação. O plano de trabalho de execução da meta deverá ser apresentado para aprovação da Direção Geral do IGAM com previsão de conclusão em 12/12/2016 e apresentação ao CERH em 2017.	O IGAM disponibiliza periodicamente boletins de monitoramento da qualidade da água, bem como boletins referentes à previsão do tempo. Possui portal dos Comitês o qual é atualizado constantemente com as informações e notícias referentes à gestão de recursos hídricos. Também faz uso de redes sociais para melhor alcançar a sociedade. <b>Todavia, o órgão ainda não possui um planejamento estratégico de comunicação, articulado ao planejamento institucional, sendo que este está em elaboração pela Assessoria de Comunicação – ASCOM, com previsão de entrega em dezembro/2018. Como focais da Rede Nacional de Comunicadores foram indicados Caroline Correia e Adriana Guimarães.</b>	O Plano de Comunicação está em elaboração pela ASCOM, em parceria com a ASPRH. O Plano de trabalho foi aprovado em 13/06/2018 pela diretora geral do Igam e entregue à gestora do Progestão/Igam no dia 15/06/2018. O trabalho tem conclusão prevista para nov/2018, sendo a Valquíria Lopes (Ass. de Comunicação) a responsável pela execução desta meta. Os pontos focais da Rede Nacional de Comunicadores foram atualizados, substituindo a Adriana Guimarães por Valquíria. O Diagnóstico foi elaborado a partir de pesquisas documentais e formulário <i>online</i> para consulta aos membros dos CBHs. O levantamento foi apresentado, discutido e aprovado pelo Gabinete. Também foram realizados o mapeamento de públicos e os fluxos de comunicação interno e externo. O Plano de Ação e o monitoramento foram finalizados e aprovados em nov/2018 durante Oficina. Atualmente estão em fase de adequação, com previsão de conclusão do documento final em 23/12/2018. Na prática, algumas propostas discutidas na Oficina de Gestores já estão sendo executadas.	ASCOM (Valquíria)/ ASPRH (Caroline) / Gabinete Igam

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018

METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)

ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
1.9	Capacitação setorial		3	3	3	NÃO	O IGAM/SISEMA desenvolve ações de capacitação técnica e gerencial, mas estas não estão devidamente formalizadas em um Programa Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos. Principais ações: cursos EAD (Trilhas do Saber), cursos presenciais (FDC, Hidroex), seminários, congressos e visitas técnicas. Definir o ponto focal de capacitação junto à ANA.	Em elaboração o Programa Estadual de Capacitação em Recursos Hídricos, por mapeamento de competência, visando o desenvolvimento contínuo de técnicos, gestores e analistas ambientais do Estado, de membros e lideranças dos organismos de bacias e de proponentes potenciais de projetos para captação de recursos financeiros junto ao FHIDRO. Após conclusão do processo de elaboração, foi solicitado encaminhar o Plano de Capacitação para a ANA para ser disponibilizado na página do Progestão/ Boas Práticas.	O Plano foi aprovado e já se encontra disponibilizado no portal do Progestão. Vem sendo desenvolvido um Programa de capacitação voltado para o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com foco nos membros dos Comitês de Bacia.	Está sendo realizado levantamento dos cursos já realizados para mensurar o índice de cumprimento do Programa de Capacitação. Os servidores estão sendo convidados para os cursos previstos e há expectativa de cumprimento do Programa, em relação aos cursos disponíveis na Plataforma Trilhas do Saber. A realização de cursos e seminários técnicos previstos, com necessidade de desembolso de recursos financeiros, podem ser prejudicados em função das vedações do período eleitoral. No entanto, outros cursos livres serão realizados e contabilizados. O Programa poderá ser revisto e complementado, em função da nova estrutura do Igam e levantamento das necessidades das novas áreas. Os cursos previstos no Plano atual estão sendo realizados mas, o Programa está sendo revisto, contemplando as necessidades das novas áreas do Igam, incluindo as URGAs e demais órgãos do Sisema, em função do decreto de reestruturação. Os CBHs, o CERH e os gestores municipais também estão sendo contemplados nesta revisão. A expectativa é de que o Programa atualizado seja validado pela Direção do Igam até dezembro/2018 e alcance, de maneira efetiva, o seu objetivo de fortalecer o SEGRH, por meio de ações de capacitação continuada, privilegiando a atuação em rede e o compartilhamento de saberes.	Gabinete Igam - (Marcelo/Carol) DIDP-Semad (Flávia RH) / GECBH (Robson)
1.10	Articulação com setores usuários e transversais		3	2	2	SIM	Há alguma articulação do poder público com os setores usuários e transversais, não restrita às atividades realizadas no âmbito do Conselho Estadual, dos Comitês e de outros organismos colegiados de recursos hídricos (associações de usuários, associações de açudes).	necessidade de intensificar a articulação. Ações previstas para 4 anos. Também consideram importante criar grupo de trabalho (GT) sobre eficiência hídrica para usuários. Para adequada articulação com os setores usuários e transversais, o IGAM promoverá ações, como oficinas, seminários, reuniões setoriais etc., com o intuito de pactuar ações e metas conjuntas visando à melhoria da qualidade e quantidade da água no Estado de Minas Gerais. Como referência, serão utilizados documentos técnicos, Relatório de Gestão e Situação de Recursos Hídricos, Plano Estadual de Recursos Hídricos e Plano de Bacias.	Foram realizados as seguintes atividades em articulação com os setores usuários e transversais: - Seminário de restrição de usos; - Oficina para discussão sobre o FHIDRO;  No âmbito das câmaras técnicas do CERH: - Grupo de trabalho com vistas a estabelecer critérios de excepcionalidade de restrição de uso para captações de água; - Seminário sobre Áreas de Restrição de Uso de Recursos Hídricos.	Foi instituído em novembro de 2017 o Grupo de Acompanhamento da Situação Hídrica (GSH), por meio da Resolução Conjunta 2.548, e tem o objetivo de discutir e propor ações de enfrentamento da situação hídrica em Minas Gerais. O GSH é coordenado pelo Igam, sob supervisão do secretário de meio ambiente e atuará durante um ano, contado da data de publicação da resolução, podendo ser prorrogado. O Grupo é composto por representantes dos seguintes órgãos: Semad, Igam, Feam, IEF, Copam, CERH, Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas e universidades. Mas além dos setores do governo, usuários e sociedade civil (Fieng, Faemg, Copasa e ONGs, entre outras) estão sendo convidados a participarem das discussões.	DG/Gabinete Igam

São 5 variáveis de gestão LEGAIS com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (1.1, 1.2, 1.4, 1.5 e 1.9)

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 8 variáveis de gestão



Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018											
METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)											
ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
2.1	Balanco hídrico		3	3	3	NÃO	<p>Sistema de informação (SIAM) com banco de dados de usuários outorgados e cadastrados consistente, planos de bacia elaborados com demandas e disponibilidades hídricas, estudos com base hidrográfica regionalizada com as vazões mínimas e médias estimadas e método de estimativa de disponibilidade hídrica subterrânea. O Estado possui regulamentos para a outorga de direito de uso de recurso hídrico, bem como, de cadastro de usos de pouca expressão considerados insignificantes. Há ainda, estudos de regionalização de vazões com base de dados regionalizados para cursos d'água de domínio do Estado que subsidiam a emissão de atos autorizativos e a elaboração de diagnósticos de disponibilidades hídrica com balanço de demandas. Existem também balanços hídricos e diagnósticos de demandas e disponibilidades no Plano Estadual de Recursos Hídricos e estudos específicos, contudo há necessidade de aprimorar os estudos de disponibilidade hídrica subterrânea no Estado, trabalhando em uma escala mais efetiva à Gestão.</p>	<p>Existe o estudo de disponibilidade hídrica subterrânea elaborado pela COPASA que trabalha na escala de 1:3.500.000. Para águas superficiais o Estado faz uso dos seguintes estudos: Deflúvios Superficiais do Estado de Minas, Copasa / Hidrosistemas, 1993, e do Estudo de regionalização de vazão para o aprimoramento do processo de outorga no Estado de Minas Gerais / Grupo de Pesquisas em Recursos Hídricos da UFV, Instituto Mineiro de Gestão das Águas. --- Belo Horizonte, 2012. Necessidade de atualizar o banco de dados dos usuários. Aperfeiçoar e integrar os diversos dados e informações (cadastro, cobrança, outorga e planos de bacia). Para o aprimoramento dos estudos de disponibilidade hídrica subterrânea na região centro-sul do Estado, faz-se necessário a complementação dos estudos hoje desenvolvidos pelo IGAM, no âmbito do projeto Águas do Norte.</p>	<p>O convênio do projeto Águas do Norte foi finalizado em 30 de setembro de 2017. Foi realizada uma reunião de fechamento do projeto em 28/11/17 onde discutiu-se o valor de "uso insignificante" de captações de água subterrânea. Os produtos finais estão sendo elaborados pela CPRM. O IGAM irá assumir a operação de 60 estações de monitoramento hidrometeorológicas e hidrogeológicas a partir de 2018. Além disso, foi criada uma ação no PPAG/MG (Ação 4292) com o objetivo de subsidiar a gestão ambiental e de recursos hídricos, fornecendo informações sobre a qualidade e quantidade das águas subterrâneas de Minas Gerais, ampliando o conhecimento da dinâmica das águas subterrâneas</p>	<p>O produto relativo ao Projeto Águas do Norte será entregue no 2º semestre de 2018; O estudo de Regionalização de Vazão será publicado em forma de Sistema - DH-Minas (Sistema de Disponibilidade Hídrica para o Estado de Minas Gerais). Quanto à demanda, está sendo consistida a Base para o aprimoramento da qualidade dos dados. Tão logo sejam consistentes, serão disponibilizados na IDE-Sisema.  O DH-Minas está disponibilizado no Portal Infohidro e a base otocodificada, com o estudo de regionalização de vazão disponível na IDE-Sisema. Em Dezembro/2018 está marcada a reunião do CERH para o lançamento do Projeto Águas do Norte.</p>	GPDRH (Thiago) / GEMOQ (Maricene)
2.2	Divisão hidrográfica		3	3	3	NÃO	<p>Há no Estado uma divisão hidrográfica reconhecida, confiável e formalmente estabelecida, por meio da Deliberação Normativa CERH-MG nº 06/2002, que Estabelece as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais, e da Deliberação Normativa CERH-MG nº 36/2010, que padroniza a utilização dos nomes, siglas e códigos das Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) do Estado de Minas Gerais.</p>	ok	ok	ok	GEIRH (Shirlei)
2.3	Planejamento estratégico institucional		3	2	3	NÃO	<p>Lei de reestruturação do SISEMA aprovada (Lei nº 21.972/2016), Decretos de transição aprovados (Decretos nºs 46.967/2016 e 46.973/2016) e minuta Decreto de reestruturação do IGAM em tramitação, em fase final. Reforma administrativa do Estado encaminhada pelo Governo para a Assembleia Legislativa, prevendo a criação de cargos para o IGAM.</p>	<p>Elaborar Programa de Planejamento Estratégico Institucional e submeter à deliberação do Conselho de Administração do IGAM e ao CERH. Elaborar Programa de Articulação Interinstitucional nos próximos anos. Previsto a aprovação do Decreto que regulamenta o IGAM.</p>	<p>Aprovar o decreto de regulamentação do IGAM, criar os cargos e implantar a reestruturação prevista.</p>	<p>O Decreto foi aprovado e as novas áreas do Igam já estão se estruturando para cumprimento de suas competências. O Planejamento Estratégico Institucional do Igam já está pronto, aprovado e em execução.</p>	Gabinete / IGAM
2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos		5	5	5	NÃO	<p>Plano aprovado pela Deliberação Normativa CERH-MG nº 260, de 26/11/2010 e pelo Decreto Estadual nº 45.565, de 22/03/2011. Os relatórios do PERH MG foram enviados aos municípios e demais setores e também está disponível no portal INFOHIDRO em: <a href="http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/gestao-das-aguas/planos/plano-estadual">http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/gestao-das-aguas/planos/plano-estadual</a></p>	<p>Ciência e conhecimento dos agentes públicos e privados do conteúdo do Plano Estadual e estabelecimento de ações para execução de suas metas. Viabilizar a implementação do Programa 4.2 - Gerenciamento executivo do PERH, além do Programa 4.3 - Ações de Comunicação e Capacitação.</p>	<p>O Programa 4.2 - Gerenciamento executivo do PERH será executado em 2018.</p>	<p>Em 2018, a área responsável pelo acompanhamento do PERH iniciará a avaliação do nível de implementação do PERH, a partir de indicadores. A definição de indicadores será realizada este ano e a aplicação da metodologia, apuração do índice e definição das estratégias de implementação ocorrerão em 2019, de acordo com o planejamento. A metodologia e definição dos indicadores serão concluídos e apresentados ao CERH na última reunião em Dez/2018.</p>	DPRL/ GPLAN

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018											
METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)											
ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
2.5	Planos de bacia	10	3	3	3	NÃO	Das 36 UPGRHs no Estado, 28 já possuem Planos Diretores de Recursos Hídricos elaborados e aprovados pelos respectivos comitês de bacia, o que representa 77,77% dos comitês mineiros.	Está sendo trabalhado a Deliberação que dispõe sobre procedimentos para atualização e elaboração de Planos. Foi manifestado preocupação com o cronograma da complementação do Plano do Paraopeba que vem sendo apoiado pela ANA por meio de convênio.	Aprovada a Deliberação que dispõe sobre atualização e elaboração de planos. Termo aditivo ao convênio do Paraopeba em trâmite: concluídas as fases de habilitação de empresas e de análise das propostas técnicas. Aguardando resposta à consulta jurídica para publicação do resultado de julgamento de propostas técnicas.	Os Planos das bacias dos rios Mucuri, São Mateus e rios do Leste foi contratado. A reunião inicial e o Plano de trabalho são etapas cumpridas. A expectativa é que a fase de Diagnóstico seja concluída este ano e a previsão de término é 2020. Em relação ao Plano da bacia do rio Paraopeba, após publicação do convênio e conclusão do processo de licitação, os trabalhos foram iniciados, com o Plano de Trabalho já entregue. A expectativa é de que o Diagnóstico e Prognóstico sejam concluídos também em 2018 (setembro e dezembro) e a conclusão e entrega do Plano ocorra em 2019. Quanto a bacia do rio Grande, GD7 e GD8 serão encaminhados aos respectivos CBHs para análise e aprovação. O Diagnóstico será finalizado no 1º trimestre de 2019 em função das vedações do período eleitoral para a realização das audiências públicas. O diagnóstico do Paraopeba foi finalizado e entregue. O prognóstico está em análise pelo GAT. As audiências públicas ocorrerão na 1ª semana de dezembro. Entrega programada para 20/12. A apresentação do PDRH GD7 e GD8 pré-agendados para a 1ª semana de dezembro. O PDRH do SF1-Alto São Francisco será contratado pela AGBPV, com o acompanhamento pelo Igam.	GP RHE
2.6	Enquadramento	10	3	2	2	SIM	Existem 7 UPGRHs com propostas de enquadramento de corpos de águas superficiais aprovados pelos seus respectivos CBHs. Existem 6 corpos hídricos enquadrados anteriormente a 2005 por meio de Deliberações Normativas do COPAM. No que tange ao enquadramento de água subterrânea, entende-se que a sua efetivação e aplicabilidade demandam um maior conhecimento do comportamento dos diversos aquíferos do estado e das condições de exploração a que estão submetidos. O estado de Minas Gerais conta com uma lei que trata da conservação e proteção de águas subterrâneas (Lei nº 13.771/1997). Cabe ao órgão gestor desenvolver estudos para o conhecimento do sistema hidrogeológico do Estado e, assim, conhecer a fragilidade de diferentes áreas para a proposição de ações que venham a contribuir para a gestão mais eficaz das águas subterrâneas. Neste contexto, o Estado trabalha na implementação do monitoramento de águas subterrâneas, que permitirá a obtenção de informações sobre a qualidade e dinâmica da água subterrânea, viabilizando, dessa forma, a elaboração de uma proposta de enquadramento.	Elaborar DN de restrição de usos de água. Iniciar em 2017 o desenvolvimento de estudo de viabilidade de elaboração do enquadramento de corpos hidrogeológicos em MG. Em 2017 desenvolver o estudo de efetivação do enquadramento de águas superficiais e definição de ações prioritárias para atingir as metas. Elaborar diretrizes de enquadramento de água subterrâneas para 1 bacia que possui metas progressivas. Planejamento para cumprimento da meta: - Aprovação de DN de restrição de usos da água pelo CERH-MG- 2017; - Implementação dos procedimentos estabelecidos na DN de restrição de usos e identificação de áreas de restrição- 2017; - Seleção de uma área de restrição piloto para realização de estudo de viabilidade de enquadramento- 2018; - Implementação e operação do monitoramento de águas subterrâneas- 2019; - Elaboração de estudo de viabilidade para elaboração de proposta de enquadramento de águas subterrâneas – 2020.	Aprovação em setembro de 2017 das Deliberações Normativas conjuntas CERH e COPAM: nº 5 Áreas de restrição e controle de água subterrânea e nº 7 Enquadramento de cursos d'água superficiais. No decorrer do 2o semestre de 2016 e 2017, o IGAM identificou 2 áreas onde seria importante a implantação do monitoramento quali-quantitativo das águas subterrâneas, por causa de conflitos verificados: bacia do Ribeirão Salobro na bacia do rio das Velhas. Para essas regiões estão sendo elaborados projetos para a implantação de redes de monitoramento com o objetivo de acompanhar a resposta dos aquíferos às solicitações e melhor conhecimento da dinâmica da água subterrânea local para aprimoramento das ações de gestão.	Para o enquadramento de águas superficiais, está sendo realizada avaliação e diagnóstico das DN's anteriores à 2005, com vistas a propor revisão e novas diretrizes de acordo com a DN COPAM/CERH nº 06/2017. Para as bacias GD1 e GD2, SF7 e SF9, há propostas de enquadramento nos planos de rec. hídricos. A expectativa é que as Deliberações de Enquadramento sejam elaboradas para avaliação posterior pelas CTs e plenário do CERH em 2018. Para as bacias JQ1, JQ3 e PA1, que também possuem propostas de enquadramento, as Deliberações serão tramitadas em 2019. Quanto ao enquadramento de águas subterrâneas, será necessário trabalhar 1o a gestão em áreas de restrição de uso, com o acompanhamento e monitoramento antecedendo o enquadramento. O projeto de monitoramento de áreas definidas como piloto será iniciado no 2º sem., com visitas em campo e seleção de pontos para a definição de rede preliminar. O resultado dessas ações é que subsidiará a definição da rede permanente, que pode ocorrer no final de 2019. Junto a este estudo piloto, será publicado pela CPRM com o apoio do MMA, o Mapa Hidrogeológico do Estado na escala 1:500.000 e 1:100.000 no Quadrilátero Ferrífero, que contribuirá para os estudos e gestão dessas áreas. Foi realizada a avaliação das DN's anteriores à Norma de 2017. O relatório está sendo finalizado. As propostas do GD1 e GD2 já se encontram na CTIL.	GP RHE / GMHEC / GPDRH

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018

METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)

ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
2.7	Estudos especiais de gestão		4	4	4	NÃO	<p>O IGAM dispõe de estudo de regionalização de vazão (2011), estudo para implementação da cobrança nas bacias dos rios das Velhas e Araguaí (2009), Manual de outorga (2010), Estudo Diagnóstico da bacia do Rio Claro (2013), Estudo Diagnóstico da Implantação da Outorga de lançamento de efluentes na bacia do Ribeirão da Mata (2013), Metodologia de Convocação de Usuários Cadastrados na Campanha Água: Faça o uso legal! (2011), estudo de identificação de municípios com condições críticas de qualidade de água nas bacias dos rios das Velhas, Paraopeba e Pará (2013), Relatório de Situação de Recursos Hídricos de MG; estudo de criticidade de bacias hidrográficas para 3 UPRGHs; estudo sobre aderência dos usuários cadastrados na Campanha Água Faça Uso Legal e regularização das intervenções hídricas para 04 UPRGHs; Relatórios técnicos de acompanhamento da qualidade das águas do Rio Doce após o rompimento da barragem da Samarco no distrito de Bento Rodrigues – Mariana/MG nas versões de 20/11/2015, 01/12/2015, 17/12/2015, 27/01/2016, 01/02/2016, 20/05/2016, 01/08/2016 e 19/10/2016; Encarte especial sobre a qualidade das águas do Rio Doce após 1 ano do rompimento da barragem de Fundão 2015/2016.</p>	O estado conta com diversos estudos especiais de gestão.	<p>Estudos 2017: Elaboração do Encarte Especial sobre a avaliação da qualidade das águas do rio Doce decorridos 2 anos do rompimento da barragem de Fundão. No âmbito do CIF: Elaboração do documento "Conteúdo mínimo para os Programas de Monitoramento Quali-Quantitativo das Águas e dos Sedimentos no Rio Doce e elaboração do PMQQS" a ser utilizado como referência para o acompanhamento da recuperação do rio Doce, através da avaliação sistemática da qualidade e quantidade das águas e dos sedimentos, por meio de uma rede de estações; e propor procedimentos mínimos a serem adotados pela Fund. Renova. Em set. foi finalizado o convênio FHDRO celebrado entre a SEMAD/FEOP e CPRM com o objetivo de estudar a disponibilidade hídrica subterrânea na região norte do estado e determinar a vazão a ser considerada insignificante para captações de água subterrânea por meio de poços tubulares na região. Os produtos finais estão em fase de elaboração e estima-se que sejam publicados em maio de 2018.</p>	<p>Estudos para criação de critérios para definição de áreas prioritárias para revitalização de bacias hidrográficas (dez/2018). Desenvolvimento de metodologia para mapeamento de espelhos d'água, utilizando técnicas de Sistema de Informação Geográfica e Sensoriamento Remoto (dez/2018). O Projeto Águas do Norte de Minas sobre a disponibilidade hídrica subterrânea nesta região será finalizado em 2018, com a definição de vazão de uso insignificante para poços tubulares. O objetivo é subsidiar o órgão gestor, as agências e comitês com informações e dados sobre o potencial hídrico superficial e subterrâneo da região norte do estado. Em relação ao Plano Estratégico de revitalização de bacias hidrográficas, em set/2018 foi realizada reunião para a 1ª etapa de definição de áreas prioritárias, com diversos especialistas. Como produto deste encontro, está em elaboração a publicação "<b>Gestão de bacias hidrográficas: critérios para definição de áreas prioritárias para revitalização</b>", com o registro dos temas abordados. Na sequência, será realizada pesquisa Delphi para validação dos critérios e proposição de um cronograma detalhado para as próximas etapas do Plano Estratégico. O Relatório de Gestão e Situação de Recursos Hídricos - 2014 a 2017, está em fase final de diagramação para aprovação da Diretoria Geral do Igam. O Estudo Projeto Águas do Norte será entregue e apresentado ao CERH em dez/2018.</p>	ASPRH/ (Nádia)/ GDRH / GMHEC/ (Maricene)
2.8	Modelos e Sistema de Suporte à Decisão		3	2	2	SIM	<p>O IGAM conta com os sistemas de cadastro (Siscad), cobrança (Siscob), solicitação de mapas, cálculo da qualidade da água (SCQA), sistema FHDRO e o SIAM em funcionamento. Entretanto, verifica-se a existência de entraves que precisam ser sanados para utilização dos mesmos, a exemplo de: - Banco de dados outorgados necessita de consistência de seus dados (Dados sendo tratados pela equipe da GEIRH, e projeto sendo submetido para continuidade deste tratamento); - A atual estrutura computacional do Sisema não comporta os sistemas existentes; - Necessidade de manutenção corretiva e evolutiva nos sistemas existentes para possibilitar sua utilização.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recurso: SSD custa em média R\$ 4 milhões, sendo possível sua estimativa somente após o levantamento de requisitos.</li> <li>• Estrutura inicial: o Igam possui poucos sistemas e os mesmos não possibilitam a extração de todas as informações necessárias para um SSD.</li> <li>• Inconsistência no sistema de outorgas: o SIAM (Sistema da SEMAD utilizado hoje para controle de outorgas e licenciamentos ambientais) não possui informações confiáveis, nem obrigatoriedade de alguns campos essenciais, bem como não possui padronização para inserção de dados.</li> <li>• Tempo para conscientização e trabalho interno para levantamento dos requisitos de sistemas e de usuários, a fim de se construir um SSD que realmente atenda a instituição. Infraestrutura: a atual estrutura computacional do Sisema não comporta um SSD. Não há backup para a maior parte dos sistemas e servidores utilizados hoje.</li> </ul> <p>Para o cumprimento da meta prevê-se: consistência do banco de dados (projeto em andamento na GEIRH), aquisição de servidores de dados (compra sendo finalizada), contratação de manutenção dos sistemas (contratação de Outsourcing em andamento), inserção dos dados no SISCAD.</p>	<p>A consistência do banco de dados está em andamento. A empresa foi contratada e está realizando manutenção e desenvolvimento dos sistemas de informação do Igam. Foram inseridos os cadastros de usuários no Siscad. O sistema de Uso Insignificante já foi lançado.</p>	<p>A Direção do Igam está fazendo uma avaliação dos Sistemas existentes e ativos, com vistas à integração dos mesmos. A consistência do banco de dados será realizada pela UFLA a partir do 2º semestre e acompanhada pela GEIRH (Projeto em andamento). A empresa de TI contratada está realizando a manutenção e desenvolvimento dos sistemas de informação do Igam. A prioridade dos serviços do outsourcing é o Siscad, Siscob, Sistema de Outorgas, Sistema de Meteorologia e SADE (Sistema de Administração de Dados Espaciais), que atende à IDE-Sisema (Infraestrutura de Dados Espaciais). A consistência do banco de dados está sendo realizada pela UFLA/IGAM, com previsão de finalização em dezembro/2018. A empresa de TI contratada está realizando a manutenção e desenvolvimento dos sistemas de informação do Igam. A prioridade dos serviços do outsourcing é o Siscad, Siscob, Sistema de Outorgas, Sistema de Meteorologia. O SADE (Sistema de Administração de Dados Espaciais) foi finalizado e aguarda disponibilização no ambiente de produção.</p>	GEIRH (Shirlei)

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018

METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)

ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
3.1	<u>Base cartográfica</u>		3	3	3	NÃO	O IGAM disponibiliza no Portal Infohidro a base cartográfica otocodificada nas escalas de 1:50.000 ao sul e 1:100.000 ao norte do Estado.	ok	ok	O Igam participa, desde 2016, da idealização e construção da Infraestrutura de Dados Espaciais IDE-Sisema. A Plataforma IDE-Sisema, como é conhecido o Sistema de Informação Geográfica do Meio Ambiente Mineiro, é uma ferramenta onde qualquer cidadão pode acessar, via internet, as características espaciais do território, investigando, por exemplo, as restrições ambientais de onde pretende implantar um novo empreendimento no Estado. Além de permitir a consulta e o download de dados sobre atributos ambientais de Minas Gerais, como hidrografia, relevo e vegetação, dentre outros, a ferramenta disponibiliza também informações sobre resultados de projetos e ações desenvolvidos pelo Sisema. A pesquisa inclui, por exemplo, o mapeamento das barragens de rejeitos e resíduos do Estado, áreas contaminadas e reabilitadas, ações de fiscalização ambiental, e empreendimentos licenciados no território mineiro nos últimos cinco anos. Como entrou em operação em fev/2018, ainda são realizados testes, ajustes e melhorias. As bases cartográficas estão disponíveis na IDE-Sisema para acesso de qualquer cidadão.	GEIRH (Shirlei)/ DGTI(Semad)
3.2	<u>Cadastros de usuários e infraestrutura</u>		3	3	4	NÃO	Estão cadastrados no CNARH os usuários de 21 bacias das 36 UPGRHs do Estado. Necessidade de atualizar o banco de dados dos usuários.	O Estado atualmente possui o Siscad (Sistema de Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos) que está em fase de inserção de dados, este sistema conterà os dados de usos e usuários de recursos hídricos, bem como, dados de outorga e usos insignificantes das Bacias Hidrográficas Estaduais que possuem cadastro. Atualmente, o CNARH, base na qual o Estado mantém os dados cadastrados, possui 50.513 empreendimentos usuários de água, quantidade superior ao mínimo exigido para o cumprimento da meta. O Estado conta com o Siscad (Sistema de Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos), que está em fase de inserção de dados. Este sistema conterà os dados de usos e usuários de recursos hídricos, bem como os dados de outorga e de usos insignificantes das bacias hidrográficas estaduais que possuem cadastro. O cadastro de infraestrutura hídrica (Uso Não Consuntivo, como bueiros, pontes, barragens, etc.), na medida que necessitam de outorga de uso, são contemplados pelo sistema Siscad.	Atualmente estão inseridos no CNARH 21.615 usuários regularizados. Estão em manutenção os sistemas Siscad, Siscob, SCQA, Sismap, Uso Insignificante.	O Igam está trabalhando para que todos os sistemas continuem em operação (exceto Sismap, pois está sendo discutido o SADE) para que os dados sejam compartilhados automaticamente - aprimoramento da integração CNARH/Siscad. Está na fase de testes. A inclusão no CNARH está sendo realizada trimestralmente, priorizando o ano corrente. Os testes CNARH/Siscad estão em andamento. A partir de 2019 serão iniciados os testes Siscad/Cnarh.	GECON



Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018

METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)

ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
3.3	Monitoramento hidrometeorológico	10	3	3	4	NÃO	O IGAM opera 46 estações convencionais, 35 estações telemétricas (distribuídas nas bacias do São Francisco, Paraíba do Sul, Grande, Jequitinhonha, Mucuri e Doce) da rede própria. Do ano de 2015 para 2016 a rede foi ampliada com instalação de mais 10 estações. Também são operadas 106 estações da rede da ANA. Há um planejamento no PERH para implantação, ampliação e modernização dessas redes.	Há previsão de 20 estações de rede de alerta operando até o final de 2015. Também há previsão de contratação de hidrólogo. Foram solicitadas mais 26 estações para completar o primeiro planejamento da rede de alerta. E considerando a crise hídrica também está prevista ampliação da rede, sendo necessárias mais 29 estações nos pontos de seca. Permanece a necessidade de contratação de hidrólogo para apoio aos trabalhos da Sala de Situação.	De 2015 para 2016 a rede foi ampliada com instalação de 10 estações. Mais 5 estações foram instaladas em 2017, totalizando 40 PCDs no estado.	O IGAM opera 46 estações convencionais e 40 estações telemétricas (distribuídas nas bacias do São Francisco, Paraíba do Sul, Grande, Jequitinhonha, Mucuri e Doce). Desse total, de 2015 para 2016 a rede havia sido ampliada com instalação de mais 10 estações e mais 5 estações em 2017, totalizando 40 PCDs no estado. Considerando o planejamento existente no PERH, bem como na Rede de Alerta, a cobertura de estações de monitoramento hidrometeorológico no Estado é superior a 30%. Buscando ampliar o conhecimento das condições hidrológicas dos principais sistemas hídricos do Estado, até fev/2019 objetivase a implantação de 11 pontos de monitoramento fluviométricos, sendo 6 (seis) estações automáticas telemétricas para controle de seca e cheia, e 5 (cinco) estações convencionais (3 serão instaladas na Bacia do Rio São Francisco e outras 3 serão adquiridas por processo licitatório e instaladas na Bacia do Rio Jequitinhonha, integradas ao monitoramento de água subterrânea). O planejamento prevê ainda ampliar o monitoramento na bacia do rio Grande, a partir de termos de cooperação para operação de 106 (cento e seis) estações hidrométricas, bem como a ampliação do monitoramento de águas subterrâneas na Bacia do Ribeirão Salobro.	GMHEC
3.4	Monitoramento da qualidade de água		3	3	4	NÃO	O monitoramento da qualidade da água é realizado no estado de Minas Gerais desde 1997. Atualmente o contrato com o CETEC tem o valor de R\$ 5,5 milhões/ano. Desafio de monitorar qualidade e quantidade ao mesmo tempo.	Os dados de qualidade de água são disponibilizados anualmente ao SNIRH/ANA em formato Excel, com os campos conforme saída do Sistema de Cálculo da Qualidade da Água (SCQA). Contrato do Qualiágua em processo de assinatura. O Contrato nº 058/2015/ANA – QUALIÁGUA, celebrado com o IGAM, foi publicado no DOU em 11/01/16, marcando o início da sua vigência (60 meses). A partir dessa data começa também a contagem dos períodos de certificação das Metas de Monitoramento e Divulgação (a cada 6 meses) e das Metas Estruturantes (a cada 12 meses). O IGAM opera 444 pontos de monitoramento coincidentes com a RNQA e encaminha os dados do monitoramento de qualidade das águas para a ANA semestralmente, considerando o QUALIAGUA, contrato firmado com a ANA, no qual estabelece, dentre outras metas, o envio dos dados de monitoramento com periodicidade estabelecida.	O Qualiágua vem sendo implementado. Atualmente o IGAM opera 486 pontos de monitoramento coincidentes com a RNQA, sendo que 94 deles possuem medição simultânea de vazão. Está sendo iniciado o 4º período de certificação. O 3º foi finalizado, tendo sido cumprido parcialmente devido à paralisação do monitoramento no 2º semestre de 2017 para renovação do contrato com o Laboratório. A licitação da modalidade Pregão teve sua publicação em 28/06/17 e a proposta vencedora foi a do SENAI no valor de R\$ 3.300.000,00 (12 meses). <b>PMQQS</b> - No âmbito das ações de Revitalização do rio Doce vale mencionar que o monitoramento da qualidade da água do rio Doce continuará a ser realizado pela Fundação Renova, pela rede implantada por meio do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), contemplando 92 estações, dentre as quais, 56 de monitoramento convencional da qualidade ao longo do rio e zona costeira e 22 estações automáticas com medição de nível, vazão, descarga sólida e temperatura do ar. Dentre essas 22 estações, 8 contemplam sondas multiparamétricas de qualidade da água. O Estado de MG, por meio do IGAM, está acompanhando esse programa, sendo membro do GTA-PPQOS.	O Contrato nº 058/2015/ANA – Programa QUALIÁGUA, celebrado com o IGAM em 11/01/16, vem sendo implementado e devidamente certificado pela ANA. Atualmente o IGAM opera 486 pontos de monitoramento coincidentes com a RNQA, sendo que 94 deles possuem medição simultânea de vazão. Está no 5º período de certificação, sendo que o 4º foi cumprido em sua totalidade. Para 2018, o IGAM já está cumprindo a meta de monitorar 506 pontos da RNQA, sendo 152 com medição simultânea de vazão. O IGAM está aguardando a reunião anual de planejamento com a ANA para a definição das 20 novas estações de monitoramento para operação a partir de 2019. Foi realizada reunião com a ANA na data de 18 e 19/11 e selecionados os 20 pontos para medição de qualidade e os 58 pontos que terão medição simultânea de vazão. A operação desses pontos será iniciada no primeiro semestre de 2018. Em relação ao contrato com o SENAI, o mesmo foi aditado por mais 12 meses, estando vigente até 28/06/19.	GEMOQ / Katiane

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018

METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)

ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
3.5	Sistema de informações		3	2	2	SIM	Atualmente, o IGAM conta com os sistemas de cadastro, cobrança, solicitação de mapas, cálculo da qualidade da água e FHIDRO. Entretanto, verifica-se a existência de entraves que precisam ser sanados para utilização dos mesmos, a exemplo de: - Banco de dados outorgados necessita de consistência de seus dados (projeto para consistência em andamento na GEIRH); - A atual estrutura computacional do Sisema não comporta os sistemas existentes (compra sendo finalizada); - Necessidade de manutenção corretiva e evolutiva nos sistemas existentes para possibilitar sua utilização (contratação de Outsourcing em andamento).	Em 2016 elaborar estudo de concepção do sistema de cadastro de barragem. Mesmas dificuldades relatadas na meta 2.8.	Estão em manutenção os sistemas Siscad, Siscob, SCQA, Sismap, Uso Insignificante. Está previsto o desenvolvimento do sistema de água subterrânea e meteorologia.	O Igam possui contrato para desenvolvimento, manutenção e sustentação dos sistemas de informação. O Sistema de Uso Insignificante foi lançado em 2017. Existe a previsão de desenvolvimento do sistema de água subterrânea, meteorologia, caracterização e análise de outorga. Todos os sistemas citados estão em desenvolvimento, exceto o sistema de águas subterrâneas, de acordo com a capacidade operacional do contrato.	GEIRH (Shirlei)
3.6	Pesquisa, desenvolvimento e inovação		3	2	2	SIM	Embora o SEGRH não promova ou financie ações voltadas à pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, outras entidades fomentam essas atividades no estado como Fapemig e Hidroex. Em 2016 elaborar mapeamento de demandas institucionais na área de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico para proposição de parcerias institucionais. Definir linha de pesquisa prioritária para aprimoramento da política pública de água. Em 2017 criar e estruturar um banco de projetos para cadastrar, divulgar e pesquisar projetos aprovados, já desenvolvidos ou em desenvolvimento no âmbito do SEGRH ou por instituições parceiras.	Planejamento para cumprimento da meta: - Mapeamento de demandas institucionais na área de pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico; - Proposição de parcerias institucionais; - Definição de linhas de pesquisa prioritária para aprimoramento da política pública de água; - Criação e estruturação de um banco de projetos para cadastrar, divulgar e pesquisar projetos aprovados, já desenvolvidos ou em desenvolvimento no âmbito SEGRH-MG, ou por instituições parceiras; - Formalização de parcerias institucionais (editais/cooperação/bolsas etc.); - Banco de projetos para cadastrar, divulgar e pesquisar projetos aprovados, já desenvolvidos ou em desenvolvimento no âmbito do SEGRH-MG ou por instituições parceiras.	O IGAM aguarda diretrizes da nova direção para dar andamento ao Convênio da Fapemig.	Criação da Assessoria de Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos (ASPRH), por meio do Decreto 47343 de 23/01/2018. Publicado Compartilhando Experiências das Águas de MG, com artigos técnicos-institucionais de entidades públicas, privadas e ONGs, reunidos em 2 volumes, sendo que o vol. 1 tem versão em inglês. Produção da Revista Científica que tem objetivo de divulgar artigos científicos relacionados à gestão e situação de rec. híd. no estado. Trata-se de um produto estratégico, que busca a eficiência e a inovação no gerenciamento das águas, integrando o conhecimento científico com a gestão pública. O projeto e o protótipo foram aprovados pela Direção do Igam em 04/12/2018, com a equipe editorial definida. A Diretora Geral do IGAM será a editora-chefe da revista. Está sendo composto o Conselho Editorial. A expectativa é manter o cronograma de lançamento do chamamento público para a Semana da Água de MG/2019. Outros estudos especiais de gestão, tratados na meta 2.7, também podem ser considerados na presente meta, já que tratam de inovação na área de gestão de recursos hídricos e seus resultados subsidiarão a atuação dos integrantes do SEGRH, sendo <b>Crerios para definição de áreas prioritárias para revitalização de bacias hidrográficas ; Desenvolvimento de metodologia para mapeamento de espelhos d'água, utilizando técnicas de Sistema de Informação Geográfica e Sensoriamento Remoto.</b> Os estudos contam com o apoio e parceria de instituições diversas.	ASPRH/ Gabinete

São 3 variáveis de gestão de INFORMAÇÃO com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (3.1, 3.2 e 3.3)

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 4 variáveis de gestão

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018

METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)

ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
4.1	<u>Outorga de direito de uso</u>		5	5	5	NÃO	<p>Há emissão de outorga para captação de água. A outorga de lançamento de efluentes será expandida para três bacias com condição crítica de qualidade de água em relação ao IQA convocando todo o universo de usuários licenciados que efetuem lançamento direto em águas superficiais. Em 2009 foi implantada a outorga de lançamento de efluentes em uma bacia piloto (Ribeirão da Mata, sub-bacia do rio das Velhas). É essencial o enquadramento da bacia para a implantação da outorga de lançamento de efluentes.</p> <p>Em consulta ao CNARH há 89.140 intervenções cadastradas situadas em rio de domínio do Estado de Minas Gerais, destas 8.174 são intervenções do tipo lançamento de efluentes.</p> <p>Em consulta ao banco de dados do Sistema Integrado de informações Ambientais (SIAM), verificam-se que há 94.826 intervenções regularizadas, destas 23.420 por meio de outorga de direito de uso de recursos hídricos e 71.406 por de certidões de uso insignificante, representando 106,37 % dos usuários cadastrados no CNARH.</p> <p>Cabe expor que, no Estado a outorga para fins de autorização de lançamento de efluentes é obrigatória somente na bacia do ribeirão da Mata, implantada em caráter piloto, sendo emitidos 22 autorizações e estando 41 processos em análise técnica.</p>	<p>Proposta inicial: Convocar os usuários das UPGRHs DO2, SF10 e PN1 para apresentarem condição crítica de qualidade de água, em relação ao IQA. Considerar o universo de usuários licenciados com lançamento de efluente direto no corpo hídrico superficial.</p> <p>Proposta atual: Rever as bacias considerando a existência de enquadramento. Definir novo marco de referência, perante a não existência de sistema estadual de cadastro de usuários estabelecido. Necessidade de se rediscutir prazos perante o exercício da ação em outra instituição.</p> <p>Verifica-se que a meta se encontra parcialmente cumprida, restando expandir e implementar a outorga para fins de lançamento de efluentes. O planejamento para o cumprimento desta meta perpassa a atualização da legislação vigente, bem como, a implementação de normas relativas a diretrizes para a implementação do enquadramento pelos CBHs e da definição de critérios de lançamentos de efluentes considerados insignificantes, em consonância com o §1º do Art. 18 da Lei 13.199/1999, com convocação dos usuários pelo IGAM, em cumprimento ao disposto nos Arts. 8º e 9º da DN CERH nº 26/2008</p>	<p>Até dez/2017 prevê-se a definição de propostas de enquadramento e de lançamento de efluentes considerados insignificantes (instituir GT no CERH).</p> <p>Até jun/2018 a definição de 3 bacias com enquadramento aprovado e com pior média de qualidade de cursos d'água monitorados pelo Projeto Águas de Minas.</p> <p>Já foi instituído o Grupo de Trabalho no CERH para definição dos lançamentos de efluentes em corpo de água a serem considerados como usos insignificantes e passíveis de Cadastro de Uso Insignificante, conforme a Deliberação Normativa CERH nº 53, de 22/2016.</p>	<p>Com a nova estruturação do Igam e definidas as competências para cada área, a outorga retorna como uma competência estratégica do Órgão. Para recepcionar este trabalho, foram criadas 9 URGAs, responsáveis pela análise das outorgas nas diversas regiões do Estado. Está em processo de estruturação e capacitação destas Unidades para aperfeiçoar o processo de outorga no estado. Foram previstas capacitações para 2018.</p> <p><u>Atualização da Legislação</u> Legislação: DN Conjunta CERH/COPAM nº 01/2008 Status: Aprovada pela CTIG/CERH. Prazo: 30/09/2018</p> <p><u>Desenvolvimento de Legislação</u> Definição de procedimentos para elaboração das propostas de enquadramento em Minas Gerais. Status: Aprovada em reunião conjunta COPAM/CERH Prazo: 14/09/2017</p> <p>Definição de lançamento de efluentes insignificantes. Status: A instituir o Grupo de Trabalho - GT Prazo: 31/12/2018</p> <p><u>Convocação de usuários de bacias enquadradas</u> Os critérios para definição das bacias (3) serão: - bacia com enquadramento aprovado pelo órgão competente; e, - bacias com pior média de qualidade de cursos d'água monitorados pelo Projeto Águas de Minas Prazo: 31/12/2019</p>	GERUR/ Thiago
4.2	<u>Fiscalização</u>		5	5	5	NÃO	<p>Anualmente, é feito o planejamento de fiscalização onde consta ações especiais, ordinárias e extraordinárias, sendo que, em 2015, foram realizadas 2.308 ações, conforme Relatório Anual de Prestação de Contas da Fiscalização.</p>	<p>Discutir com a SEMAD um planejamento para fiscalização.</p>	<p>Planejamento de fiscalização para 2018 já concluído.</p>	<p>O planejamento está sendo cumprido e anualmente são elaborados: Plano Anual de Fiscalização (PAF), para o ano seguinte, e o Relatório Gerencial referente ao ano anterior, que ficam disponíveis na página da Semad (<a href="http://www.meioambiente.mg.gov.br/fiscalizacao/plano-aanual-de-fiscalizacao-ambiental">http://www.meioambiente.mg.gov.br/fiscalizacao/plano-aanual-de-fiscalizacao-ambiental</a>)</p>	Gabinete Igam/Semad

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018											
METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)											
ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
4.3	Cobrança		3	3	3	NÃO	A cobrança sobre lançamento de efluente incide somente sobre carga orgânica. No setor rural todas as bacias recebem um abatimento significativo que, se adotado em todo o Estado inviabiliza a implantação da cobrança em várias bacias. Há uma defasagem dos preços atualmente praticados, com valores não atualizados desde 2003. Não foi observada a adoção de tecnologias mais eficientes com a implantação da cobrança. Em muitos casos, o que se observa é a retificação das Portarias de Outorga, não por melhoria na eficiência do uso, mas por adequação da autorização ao uso real.	A cobrança no estado teve início em 2010. Atualmente está implantada em 11 UPGRHs, nas bacias dos rios PJ, Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga, Manhuaçu, Araguari, Velhas, Preto/Paraibuna e Pomba/Muriá. Até nov/2016 registra-se em valor total cobrado de R\$ 190 milhões, com uma arrecadação total de R\$ 171 milhões.	Cobrança implantada em 12 UPGRHs (na bacia do rio Pará desde abril/2017). A cobrança sobre lançamento de efluentes incide somente sobre carga orgânica. Valor total arrecadado até o momento de R\$ 192 milhões. A GECOB, em atendimento ao normativo, solicitou os devidos repasses após a contabilização da arrecadação e de acordo com as últimas informações o recurso está aguardando liberação por parte da Secretaria de Estado da Fazenda para efetivo repasse. Quanto à implementação da cobrança em 2018, não há expectativa. Alguns comitês (PN1, SF4, CBHs rio Grande) já discutem o instrumento, mas para 2018 o Igam considera inviável, embora os sistemas de cadastro e cobrança estejam em fase de implementação.	O Igam pautou na reunião ordinária da CTIG/CERH a atualização monetária dos PPU's para o Estado. Na próxima reunião do CERH será criado um grupo de trabalho conjunto (GT CTIG/CTIL) para discutir o aprimoramento da cobrança como um todo. Dentre os assuntos a serem discutidos, tem-se: • Atualização dos PPU's; • Inclusão de outros parâmetros na cobrança de lançamento; • Simplificação das metodologias de cálculo; A GECOB está elaborando o Plano de Implantação da Cobrança no Estado de Minas Gerais, com previsão de implementação do instrumento em todo o estado, de acordo com critérios técnicos e legais. A expectativa é que ele seja concluído no 2º semestre/2018. Já existem alguns CBHs discutindo a implementação do instrumento, entre eles, a bacia do rio Grande; PN1, SF4 e SF10. O maior entrave para a discussão é o ambiente político desfavorável, devido ao contingenciamento dos recursos da cobrança por parte do Estado. O GT para aprimoramento foi criado pelo CERH e está em fase de composição. O escopo do Plano foi ampliado para discutir a remodelagem estratégica da cobrança, o que demandará mais tempo para sua elaboração. Para discussão da implantação do instrumento nas 8 UPGRHs do Grande foi criado um GT integrado.	GECON
4.4	Sustentabilidade financeira do sistema de gestão		3	3	4	NÃO	Compõem o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais (SEGRH) a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), os Comitês de Bacias Hidrográficas e as Agências de Bacias Hidrográficas (artigo 33 da Lei 13.199/1999). As fontes próprias de arrecadação consistem no crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária Anual de 2016 nas unidades orçamentárias da SEMAD e do IGAM proveniente das seguintes fontes de recurso: Fonte 60 – Recursos Diretamente Arrecadados; Fonte 61 – Recursos Diretamente Arrecadados com Vinculação Específica; e Fonte 52 – Taxa de Fiscalização Ambiental. O recurso proveniente da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (Fonte 31) não consiste em "fonte própria de arrecadação", visto que é transferência financeira que não depende de esforço de arrecadação por parte das entidades que compõem o SEGRH.	O IGAM e a SEMAD são custeados com recursos do Tesouro ou oriundos de taxas e emolumentos de suas atividades finalísticas. Os CBHs são custeados através de convênios com o FHIDRO ou com recursos oriundos da cobrança. As Agências são custeadas com recursos da cobrança. Alguns órgãos e entidades ambientais, a exemplo do IGAM e SEMAD, são custeados com recursos públicos estaduais e municipais. A arrecadação própria do SEGRH soma R\$ 61.742.333,00. O sistema necessita, para garantir sua sustentabilidade financeira, o valor de R\$ 194.521.709,00. Este montante representa 31,74%, do total necessário ao SEGRH (portanto superior a 20%).	A arrecadação própria do SEGRH é suficiente para garantir sua sustentabilidade. A partir de 2017 o estado recebe também recursos do Qualiáguas.	O Sistema dispõe de fontes próprias de arrecadação, representando mais de 40% dos recursos necessários. No entanto, ainda há entraves no acesso e consequente execução desses recursos. Os recursos do Progestão e do Qualiáguas contribuem para o desenvolvimento de ações do IGAM no fortalecimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos.	DIAF/ Gabinete

Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018											
METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)											
ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
4.5	Infraestrutura hídrica	5	3	2	2	SIM	<p>As atribuições do IGAM referem-se à gestão de recursos hídricos, as quais não contemplam a realização ou operação de obras de infraestrutura hídrica, razão pela qual não lhe cabe definir e elaborar normas gerais, manuais, modos operacionais ou modelos de execução de obras. Dessa forma, compete ao IGAM a realização de estudos sobre os recursos hídricos, dentre eles, o Plano Estadual de Segurança Hídrica (programa de estratégias de segurança hídrica), destinado a subsidiar o planejamento das obras de infraestrutura hídrica no Estado, dentre outros objetivos de aprimoramento de gestão, o qual está em fase inicial de elaboração.</p>	<p>Não há inventário das obras de infraestrutura hídrica. Em 2014 o IGAM não enviou o cadastro das barragens para a ANA/COSER. Em 2017 está previsto a elaboração do Plano de Segurança Hídrica para MG. Há emenda parlamentar no valor de R\$ 400 mil para tal. Foi contratada consultoria especializada para desenvolver um programa específico de estratégias de segurança hídrica para o Estado de Minas Gerais. A definição das estratégias permitirá, por sua vez, a elaboração de um Plano Estadual de Segurança Hídrica com indicação de ações relacionadas à infraestrutura e à gestão.</p>	<p>Foi elaborado, entregue e aprovado pelo CERH o Programa de Estratégias de Segurança Hídrica para o Estado de Minas Gerais.</p>	<p>Foi instituído em nov/2017 o Grupo de Acompanhamento da Situação Hídrica (GSH), por meio da Resolução Conjunta 2.548, e tem o objetivo de discutir e propor ações de enfrentamento da situação hídrica em MG. O GSH é coordenado pelo Igam, sob supervisão do secretário de meio ambiente e atuará durante um ano, podendo ser prorrogado. O Grupo é composto por representantes dos seguintes órgãos: Semad, Igam, Feam, IEF, Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), CERH, Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH) e universidades. Dentre as atribuições do GSH, tem-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter atualizado o diagnóstico hidrometeorológico das bacias hidrográficas do Estado, emitindo boletins periódicos;</li> <li>- Propor ações de curto, médio e longo prazo que possam mitigar as consequências do déficit hídrico nos mananciais de abastecimento humano;</li> <li>- Propor medidas adicionais de controle dos usos de recursos hídricos para os usos múltiplos em períodos críticos de estiagem;</li> <li>- Identificar e propor ações, estruturais e não estruturais, de médio e longo prazos para garantia da segurança hídrica nas bacias hidrográficas em coerência com o Plano de Segurança Hídrica elaborado pelo IGAM;</li> <li>- Propor normatizações para aprimorar a segurança hídrica nas bacias hidrográficas de Minas Gerais.</li> </ul>	
4.6	Gestão e controle de eventos críticos		4	4	4	NÃO	<p>O IGAM possui cadastro dos 853 municípios de MG, sendo que anualmente realiza evento para os representantes indicados das prefeituras que atuam como Defesas Civas Municipais para recebimentos de alertas. Também há articulação, assim como ACT para operação da Sala de Situação com a ANA/CPRM. Possuem também ACT com o Cemaden para operação e manutenção de radares meteorológicos. Há procedimentos instruídos para monitoramento de eventos críticos. O IGAM conta com uma Sala de Situação de Eventos Hidrometeorológicos Críticos, além de um Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos – SIMGE. Atua em parceria com a Defesa Civil Estadual, realizando reuniões semanais e capacitações, além de emissão de SMS com avisos meteorológicos às 853 Defesas Civas e/ou Administrações Municipais, Comitês de Bacia e outros órgãos cadastrados que necessitem apresentar resposta rápida a eventos críticos.</p>	<p>Em 2016: 1) Elaborar estudo de indicadores para elaboração de planos de contingência para o Estado de Minas Gerais. 2) Prever abertura de linha de financiamento no edital do FHIDRO para projetos voltados para minimização dos impactos de eventos hidrometeorológicos adversos. Foram realizadas as seguintes ações: 1) Elaboração de Nota Técnica: "Ocorrência de eventos críticos de inundações e de seca nas bacias de Minas Gerais, identificando as 10 UPGRHs mais críticas, conforme Atlas de Vulnerabilidade às inundações, e as 10 UPGRHs mais críticas com relação à situação de seca"; 2) Linhas de ação FHIDRO: Convivência com a seca e mitigação da escassez hídrica; e Prevenção e mitigação de cheias; 3) Elaboração do documento: "Orientações Básicas para Elaboração de Planos Emergenciais de Controle de Quantidade e Qualidade de Recursos Hídricos em Minas Gerais"; 4) Envios de mensagens de alerta: foram enviadas 150.060 avisos via SMS.</p>	<p>As manutenções, tanto preventiva, quanto corretiva, vêm sendo executadas pelo IGAM. A Sala de Situação conta com uma meteorologista que trabalha meio período na produção de boletins. <a href="#">Necessidade de reforço na equipe responsável pela Sala de Situação do estado.</a></p>	<p>O Igam conta com a Sala de Situação de Eventos Hidrometeorológicos Críticos. O centro de monitoramento foi viabilizado a partir de um Acordo de Cooperação Técnica envolvendo a ANA, a CPRM e a Semad, e funciona em conjunto com o Sistema de Meteorologia e Recursos Hídricos de Minas Gerais (SIMGE). O acordo de cooperação também proporcionou um incremento da Rede Hidrometeorológica do Igam. Até o momento já foram instaladas 40 estações automáticas telemétricas que transmitem informações de 15 em 15 minutos. Os dados gerados em Minas são colocados em boletins diários, semanais e quando necessário são emitidas Portarias de Restrição de Uso de Água. As informações ficam disponíveis no site <a href="http://www.simge.mg.gov.br">www.simge.mg.gov.br</a> no link <a href="http://www.simge.mg.gov.br/sala-de-situacao">http://www.simge.mg.gov.br/sala-de-situacao</a> e são encaminhadas a defesa civil, comitês de bacia, usuários, etc. Em 2017 foram emitidas 7 Portarias de escassez hídrica. Ainda há necessidade de reforço da equipe.</p>	GMHEC



Eventos de Acompanhamento e Planejamento do Progestão em Minas Gerais

ESTADO: MG ENTIDADE ESTADUAL: IGAM TIPOLOGIA: D 14 VARIÁVEIS OBRIGATÓRIAS 25 VARIÁVEIS ESTADUAIS A SEREM CUMPRIDAS EM 2018 ANO 5: 2018

METAS ESTADUAIS (Blocos 1 a 4)

ID	Variáveis a serem avaliadas	Peso (%)	Nível aprovado	Auto Avaliação 2016	Auto Avaliação 2017	DESAFIO?	PRINCIPAIS ASPECTOS LEVANTADOS	3ª Oficina - 28/06/2016 4ª Oficina - 16/11/2016	5ª Oficina - 12/07/2017 6ª Oficina - 24/11/2017	7ª Oficina - 18/06/2018 8ª Oficina - 10/12/2018	Respon-sáveis
4.7	Fundo Estadual de Recursos Hídricos		4	4	4	NÃO	O FHIDRO foi criado pela Lei nº 13.194/1999 e regulamentado pela Lei nº 15.910/2005, bem como por Decretos Estaduais. O IGAM coordena o lançamento de editais e a análise de projetos.	A aplicação dos recursos do Fhidro é um gargalo sendo necessário rever a prática adotada. Necessidade também de normatizar o repasse de recursos aos comitês. Ausência de técnico para análise de projetos na área de saneamento. Dificuldade na aplicação da legislação. Existe um planejamento para otimizar a articulação com os demais processos de gestão sob a responsabilidade do SEGRH, que é a revisão de todo o arcabouço legal. A revisão já foi iniciada e está sendo apresentada/articulada com o SISEMA, o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias e o Grupo Coordenador do FHIDRO.	A Lei do Fhidro está sendo revisada e o mesmo foi renovado por mais 5 anos. Em 2016 foi repassado ao estado o valor total da CFURH de R\$ 137,9 milhões, incluído os royalties de Itaipu.	O Fhidro foi prorrogado até março de 2023. O Projeto de Lei que propõe a sua prorrogação por mais 30 anos e a reestruturação e melhorias na operacionalização do fundo, ainda está sendo analisado. Quanto aos projetos em trâmite na Sefhidro, há previsão de conclusão da 1ª fase de análise técnica e orçamentária do passivo até o final de 2018. A LOA aprovou R\$ 63 milhões, alterado para R\$ 40,5 milhões para o Fhidro em 2018. Ressalta-se que dos valores repassados ao Estado, somente 50% é destinado ao fundo. Houve revisão da legislação em 2018 e posteriormente entrará em fase de aprovação para posterior publicação, que deve ocorrer no início de 2019.	SEFHIDRO
4.8	Programas indutores		3	2	3	NÃO	Existem alguns programas, a exemplo de projetos financiáveis pelo FHIDRO (SEMAD/IGAM), Bolsa Verde (IEF), Bolsa Reciclagem (FEAM), ICMS-Ecológico que necessitam ser aprimorados. Recentemente o Programa Água Boa/Itaipu foi aprovado no estado.	Em 2016 desenvolver: 1) Minuta de DN CERH que concede benefícios pelo uso eficiente dos recursos hídricos; 2) Lançamento de premiação para boas práticas na área de recursos hídricos. Aguardando definição das fontes para pagamento da premiação.	Em 2017 foi realizado o 1º Prêmio de Boas Práticas "Salve o Rio São Francisco" que concedeu 4 prêmios (melhor projeto ou prática de cidadão ou grupo de cidadãos ou organização da sociedade civil - pessoa física ou jurídica; prática de órgão público; prática de empresa - Pessoa jurídica ou prática de agropecuária - Pessoa Jurídica).	A edição de 2018 do Prêmio Boas Práticas Ambientais está em fase de premiação, com o tema "Águas Gerais" e tem o objetivo de reconhecer, incentivar e divulgar as boas práticas que prezem pela água. Foram recebidos mais de 90 projetos. Na seleção, os projetos foram avaliados por uma comissão julgadora composta por servidores dos 4 órgãos ambientais que integram o Sisema: Igam, Feam, IEF, além da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Também participam da comissão membros convidados, como profissionais e representantes de entidades que atuam na área da temática do Prêmio. O Prêmio será entregue durante o "Encontro Água em nossas vidas", que ocorrerá nos dias 28 e 29/06/2018. A premiação foi realizada conforme planejado.	ASPRH/ ASSEA (Semad)

São 3 variáveis de gestão OPERACIONAL com atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação (4.1, 4.2 e 4.6)

Alcance dos níveis de exigência em pelo menos 6 variáveis de gestão

LEGENDA:

Arcabouço legal	Atendimento obrigatório em todos os períodos de certificação
Cobrança	Avaliação obrigatória e atendimento facultativo
<b>SIM</b>	Desafio entre a situação atual e a meta aprovada

MINAS GERAIS	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5
Metas Estaduais	2015	2016	2017	2018
1 - Variáveis Legais, Inst. e de Art. Social	5	6	7	8
2 - Variáveis de Planejamento	3	5	6	7
3 - Variáveis de Inf. e Suporte	3	3	4	4
4 - Variáveis Operacionais	3	4	5	6